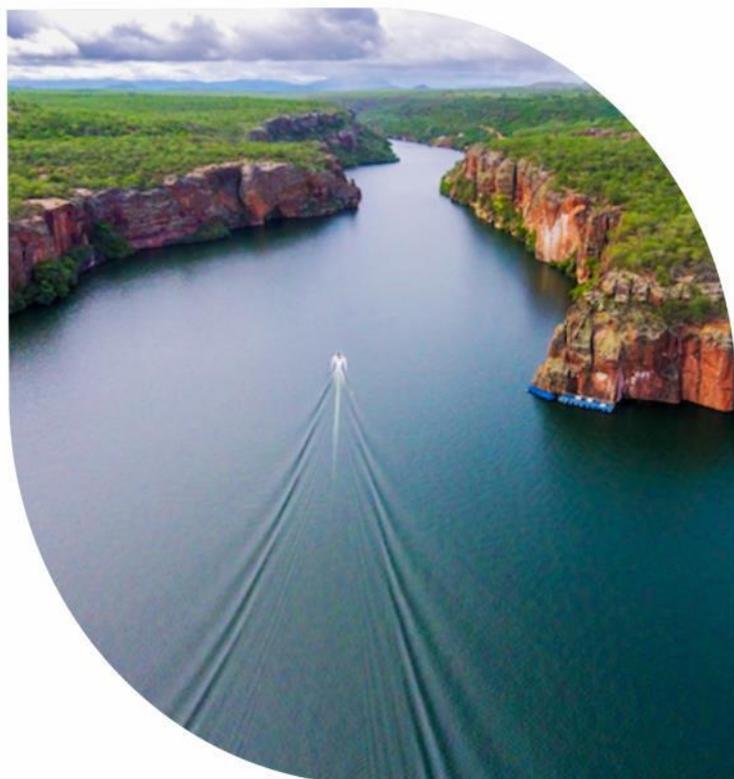


Relatório Anual 2017



Sergus

Instituto Banese de Seguridade Social

Sumário

Apresentação	03
Mensagem da Diretoria Executiva	04
Governança e Gestão Corporativa	07
Conheça o Plano CD	11
Principais Realizações	14
Cenário Econômico-Financeiro	22
Gestão de Seguridade	24
Gestão de Investimentos	29
Política de Investimentos	40
Gestão Administrativa	50
Relatório de Participação nas Assembleias Gerais de Acionistas - 2017	53
Demonstrações Financeiras	57
Notas Explicativas	68
Parecer Atuarial	96
Relatório Auditor Independente	98
Parecer Conselho Fiscal	102
Manifestação do Conselho Deliberativo	104



Apresentação

O Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, com o objetivo de proporcionar maior transparência no relacionamento com seus participantes ativos, assistidos, patrocinadoras e demais interessados, apresenta o Relatório Anual de Informações edição 2017. Este Relatório atende o que preceitua a Resolução de nº 23/2006, de 06.12.2006 do Conselho de Gestão da Previdência

Mais do que uma exigência legal, o Relatório representa a transparência na prestação de contas da gestão da Entidade, compartilhando responsabilidades e conquistas, e acima de tudo a sensação do dever cumprido.

O presente Relatório abrange os temas mais relevantes

Complementar – CGPC, e alterações posteriores, referentes aos procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC quando da divulgação de informações aos participantes do Plano de Benefícios.

das atividades desenvolvidas pelo SERGUS no curso do ano de 2017, compreendendo: Governança e Gestão Corporativa, Gestão de Investimentos, Gestão de Seguridade, Gestão de TI, Demonstrações Contábeis, e ainda, os Pareceres do Atuário, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, como também, a Manifestação do Conselho Deliberativo. O citado Relatório está disponível em PDF no site do SERGUS www.banese.com.br/sergus



Mensagem da Diretoria Executiva



Ao longo do período, foi possível consolidar e implantar as ações planejadas nos últimos 3 (três) anos, sendo traduzidas pelo aperfeiçoamento dos nossos padrões de gestão e prestação dos serviços oferecidos a todos os Participantes e Assistidos.

O ano de 2017, foi marcado pela lenta recuperação da atividade econômica, redução da taxa de juros e controle da inflação, mesmo assim, o SERGUS conseguiu sob o aspecto econômico-financeiro, alcançar uma rentabilidade anual de 11,77%, superando em 64,40% a meta atuarial de 7,16%. Como fruto desse desempenho obteve um superávit em 2017 de R\$ 40,4 milhões, que proporcionou a diminuição no Déficit Técnico Acumulado do Plano SERGUS na modalidade de Benefício Definido – BD, da ordem de 47% (R\$ 88,0 milhões em 2016 para R\$ 47,0 milhões em 2017).

Cabe destacar em 2017, a evolução tecnológica nos nossos serviços através do meio digital, com o objetivo de facilitar o acesso e proporcionar maior comodidade e praticidade na busca das informações, como também, colaborar na difusão do conhecimento e interação com os participantes e a Entidade. Por esse motivo, disponibilizamos em 2017, APP do SERGUS e iniciamos o projeto do Novo Portal Institucional.

Outro ponto de evidência, foi a implantação do Plano de Benefícios SERGUS na Modalidade de Contribuição Definida – CD, a partir de janeiro de 2017, concretizando a realização de um sonho almejado há muitos anos e que proporcionou aos empregados das patrocinadoras a oportunidade de aderir a um Plano de Benefícios, bastante flexível tanto na fase de acumulação dos recursos, quanto na fase de recebimento dos benefícios, permitindo ao participante planejar mais adequadamente a sua aposentadoria.

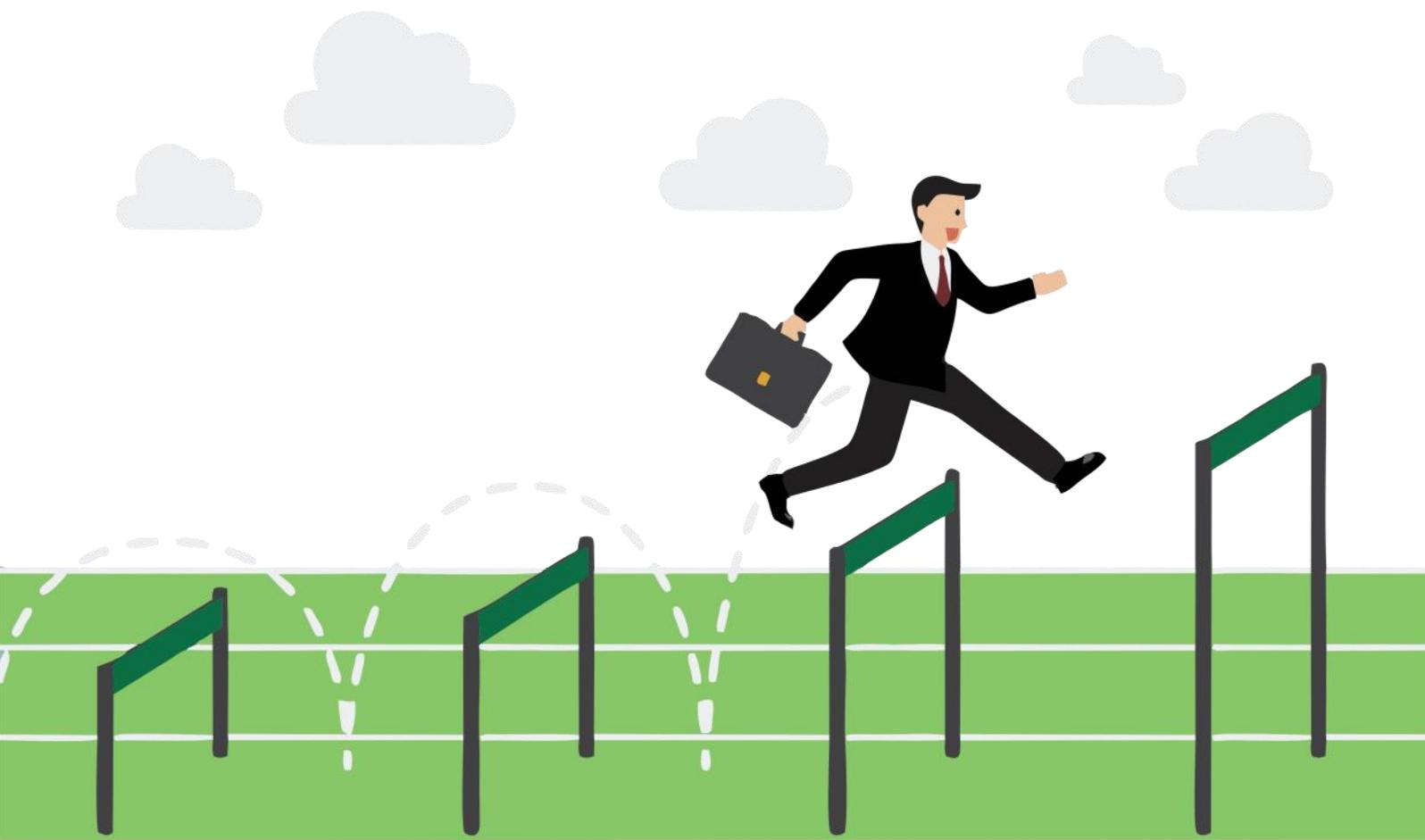
Destacamos ainda, o início dos estudos para definição do modelo de reestruturação do Plano SERGUS BD que culminou, pela escolha do modelo “Saldamento Universal”, que conforme sua característica demonstrou ser o mais apropriado.

Tudo isso foi fruto de uma gestão séria, ética e comprometida com a satisfação dos nossos participantes.

Entendemos que iniciativas como essas, ajudam o SERGUS a manter maior transparência, junto aos seus participantes, demonstrando segurança, solidez e comprometimento na gestão da instituição. Diante de tantos momentos decisivos ao longo de seus mais de 37 anos de existência, o SERGUS demonstrou sua capacidade de superação e os resultados obtidos serviram para demonstrar que vale a pena manter a disciplina, a perseverança e o foco. Por isso, com acurácia e transparência, estamos prontos para superar os desafios de 2018 e oferecer ainda mais segurança aos nossos participantes.

Agradecemos o apoio das patrocinadoras, a colaboração dos membros dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, do Comitê de Investimentos, do Comitê de Seguridade, da Comissão Tri Partícipe e em especial, a equipe de funcionários do SERGUS pelo empenho, comprometimento e responsabilidade no desempenho de suas atividades, como também, aos participantes pela confiança em nós depositada.

Diretoria Executiva





Governança e Gestão Corporativa

O Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, entidade de previdência complementar fechada que congrega funcionários das patrocinadoras Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE, Banese Corretora de Seguros Ltda e Caixa de Assistência dos Empregados do Banese, além dos funcionários da entidade, vem nos últimos três anos aprimorando seus processos, procedimentos e ações, visando a adoção das melhores práticas na ambiência da governança corporativa. Para isso, atua de maneira transparente com a disponibilização de todas as decisões e providências tomadas por seu gestores, no seu site do SERGUS, através do informativo “SERGUS em Destaque”, comunicados, como também, por intermédio de reuniões periódicas com seus órgãos de governança, os participantes e patrocinadoras.

A estrutura organizacional de governança é composta pelas seguintes instâncias: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, e ainda, pelos Comitês de Investimentos e de Seguridade, como também as demais unidades operacionais.

Durante o ano de 2017, o SERGUS envidou esforços no sentido de aprimorar a sua estrutura de governança, gestão de riscos, controles internos e compliance. A atividade de gerenciamento de riscos, devido as exigências do órgão regulador (PREVIC) e a sua complexidade, tem caráter estratégico, razão pela qual se mantém constantemente aperfeiçoada em suas metodologias.

O SERGUS com o intuito de proporcionar uma gestão eficiente dos seus investimentos, respeitando a relação risco/retorno, elabora suas Diretrizes Estratégicas visando estabelecer limites operacionais e procedimentos, com a finalidade de mitigar a exposição a riscos, dentro dos limites admissíveis.



No âmbito de controles internos, gestão de riscos e compliance a Entidade deu continuidade ao projeto de redesenho de sua estrutura organizacional, cujo escopo consta a revisão dos processos e procedimentos através da aplicação do instrumento de autoavaliação e mapeamento de processos. Além da adequação e atualização do leque de normativos existentes, para assegurar a eficiência, efetividade, confiabilidade das informações geradas e cumprimento dos normativos internos e externos.





Dando sequência a implantação do projeto a PFM Consultoria e Sistemas em conjunto com os gestores do SERGUS, aplicou o primeiro ciclo de avaliação com a realização das seguintes atividades:

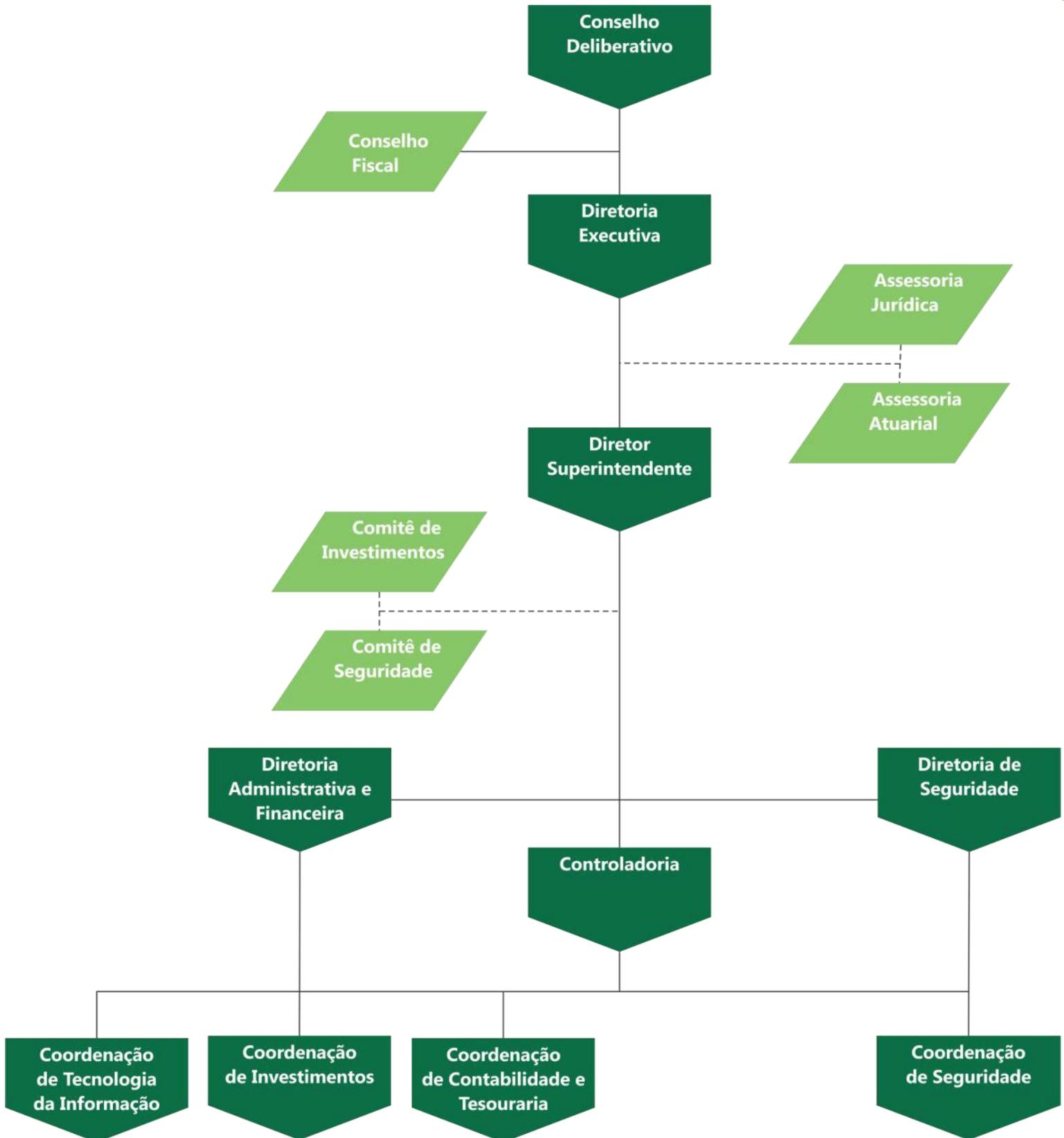
- ✓ Revisão das atividades/processos, elaboração de dicionário e métricas de mensuração de riscos;
- ✓ Identificação, classificação e avaliação de riscos nos processos: categorias, tipos, impacto e frequência;
- ✓ Avaliação de controles internos: aplicação de questionários com base em boas práticas de mercado; e
- ✓ Apoio no posicionamento em relação aos planos de ação.

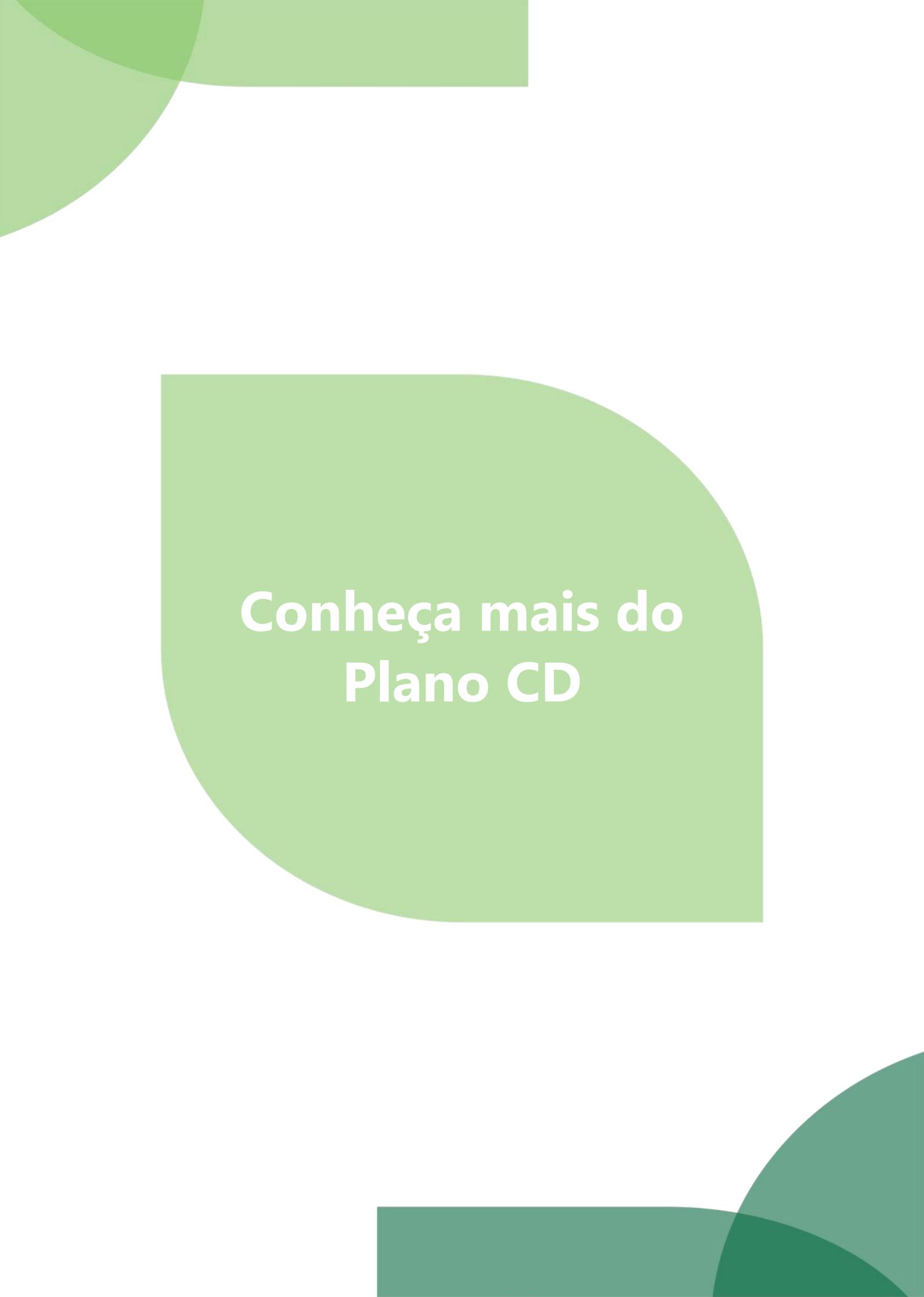
Nessa etapa do trabalho foram avaliadas as 05 (cinco) áreas da estrutura organizacional, abrangendo 43 subprocessos, que identificou 232 associações de riscos a subprocessos, sendo analisadas 800 perguntas relacionadas aos 40 controles de boas práticas. Todas as atividades desenvolvidas são geridas pelo Sistema UNIO e contou com a participação de 05 gestores, como produto foi gerado o Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos que apresenta os resultados finais da avaliação, demonstrando riscos originais e residuais por área e processo. Como também foram analisados os níveis de controles encontrados.

Na opinião da consultoria o Instituto deve avaliar continuamente os riscos, adequando os controles levantados aos tipos de riscos. Entendendo-se a gestão de riscos como um processo de contínuas melhorias, os planos de ações sugeridos mitigariam as maiores exposições do Instituto.

Quanto a auditoria externa, atende aos princípios que norteiam as exigências legais e atua de maneira que preserva a sua independência.

Organograma



The image features several abstract green shapes. At the top left, there are overlapping semi-circles and a rectangular block. A large, rounded rectangular shape in the center contains the text. At the bottom right, there are more overlapping semi-circles and a rectangular block, all in various shades of green.

**Conheça mais do
Plano CD**

Plano de Benefícios SERGUS na Modalidade de Contribuição Definida (CD)

No Plano Sergus CD os benefícios programados são estruturados na modalidade de contribuição definida durante a fase de acumulação e na fase de retorno o benefício é definido a critério do participante tomando por base seu saldo (poupança) acumulado durante o período em que esteve na ativa.

O Plano contou neste primeiro ano (2017) com 62 adesões e apurou rentabilidade dos investimentos superior a meta de 7,33% a.a. (IPCA+4,85%a.a.), alcançando o patamar de 8,08% a.a.. O Patrimônio Social do plano é de R\$ 597.140,97, composto pelos Saldos de Contas dos Patrocinadores de R\$ 293.545,56 e Participantes R\$ 300.435,74, Fundo Coletivo R\$ 1.010,49 e Fundo Administrativo de R\$ 2.149,18, os quais proporcionarão aos participantes, um benefício com base nas contribuições aportadas.

Benefícios ofertados:

Para os participantes:

- Aposentadoria;
- Aposentadoria por invalidez.

Para os beneficiários:

- Pensão por morte.

Quais as condições mínimas para recebimento do benefício?

Aposentadoria:

- 50 (cinquenta) anos de idade;
- 60 (sessenta) contribuições normais, consecutivas e ininterruptas ao Plano;
- 10 (dez) anos completos de vínculo empregatício com a Patrocinadora; e
- rescisão do contrato de trabalho ou de vínculo de direção com a Patrocinadora.

Aposentadoria por Invalidez:

- Concessão de aposentadoria por invalidez pelo INSS.

Pensão por Morte:

- Certidão de óbito.



A que benefício o Participante e/ou o Beneficiário terá direito pagando a contribuição adicional de risco?

O Participante e/ou o Beneficiário terá direito ao recebimento do benefício por morte ou invalidez, cujo valor correspondente a 15 Salários de Contribuição, pago pela companhia seguradora contratada pelo SERGUS que será acrescido a sua conta Saldo Total.



Quais as formas de recebimento do benefício?

Por ocasião do requerimento da aposentadoria, o Participante poderá escolher a forma do seu recebimento dentre as opções abaixo:

- **Renda Mensal por Percentual** – determinada pela aplicação de um percentual escolhido pelo Participante entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 1,5% (um e meio por cento) sobre o Saldo Total, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver recurso da conta Saldo Total; ou
- **Renda Mensal de Valor Constante** - de valor monetário fixo, resultante de um percentual livremente escolhido pelo Participante, entre 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) e 1,5% (um e meio por cento) sobre o Saldo Total, com variação em intervalos de 0,05% (cinco centésimos por cento), a ser paga enquanto houver recurso da conta Saldo Total; ou
- **Renda Mensal por Prazo Certo** - calculada com base no Saldo Total, recalculado anualmente, em número fixo de cotas, e paga pelo prazo de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 30 (trinta) anos, com variação em intervalos de 12 (doze) meses, a critério do Participante.



BENEFÍCIO

Dos Institutos

Se o Participante se desligar da Patrocinadora, sem ter cumprido as condições para recebimento da aposentadoria, como fica sua situação:

✓ Poderá manter sua inscrição no Plano, optando pelo:

- Autopatrocínio – o participante permanece vinculado ao plano, mantendo a sua contribuição e assumindo a da Patrocinadora; ou,
- Benefício Diferido por Desligamento – o participante deixa de recolher as contribuições normais, assumindo apenas o valor referente à contribuição administrativa.



✓ Poderá se desligar do Plano optando pela:

- Portabilidade - o participante transfere o Saldo Total para outro Plano de Benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora devidamente autorizada, desde que tenha se desligado da patrocinadora e tenha cumprido o prazo de 03 anos de vinculação ao Plano; e,
- Resgate - o participante que rescindir o vínculo empregatício ou equivalente com a Patrocinadora recebe título de resgate, mediante solicitação, 100% (cem por cento) do saldo da Conta de Participante acrescido de um percentual do saldo da Conta de Patrocinadora, calculado na data da cessação do vínculo empregatício, conforme tabela constante no Regulamento.





Principais Realizações

Equacionamento Parcial do Déficit Técnico



O Conselho Deliberativo do SERGUS em reunião ocorrida em 09.02.2017, embasado na proposta da Diretoria Executiva do SERGUS, aprovou pela aplicabilidade do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 32, que “estabelece procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit”, ocasionando uma revisão no Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 31.12.2015 do Plano SERGUS de Benefício Definido - BD.

Desta forma, parte do déficit técnico atuarial a ser equacionado foi reduzida de R\$ 8,2 milhões para R\$ 1,7 milhão, sendo de responsabilidade das patrocinadoras o valor de R\$ 655 mil e dos participantes e assistidos o valor de R\$ 1.049 mil, distribuídos em R\$ 534 mil para os Ativos e R\$ 515 mil para os assistidos, a serem pagos no prazo de 03 anos.

A cobrança da contribuição extraordinária se iniciou a partir do mês de fevereiro de 2017, aplicável a todos os participantes ativos, autopatrocinados, benefício proporcional diferido e assistidos.

Reestruturação do Plano SERGUS BD – Saldamento

O processo de Reestruturação do Plano BD, está em fase final de elaboração pela Mirador Consultoria Atuarial para ser submetido à aprovação pelos Órgãos Estatutários da entidade. Nossa meta é encaminhar a PREVIC, órgão que aprova a alteração regulamentar até o mês de junho/2018. Abaixo seguem algumas características do regulamento do nosso Plano Saldado:

Fase Final de
Elaboração

Aprovação
PREVIC

Ação



- Processo compulsório para os participantes ativos e assistidos;
- Corresponde a uma alteração do regulamento que resulta na proporcionalização do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base da alteração;
- Os participantes ativos cessam a realização de contribuições normais ao plano, ocorrendo a diminuição do benefício programado – aposentadoria – que receberão do plano;
- O benefício saldado é atualizado pela variação do INPC;
- O risco mitigado é o crescimento real de salário;
- Para os assistidos do Plano BD, o saldamento universal apresenta pouco efeito prático, tendo em vista que já percebem o benefício programado de forma integral; e
- O Déficit Técnico Atuarial (insuficiência patrimonial) continua sendo calculado considerando o ajuste de precificação de ativos.

Desempenho Operacional dos Investimentos em 2017



No primeiro trimestre de 2017, o Plano BD proporcionou um superávit de R\$ 10,5 milhões contribuindo para redução do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 87,9 milhões (em 2016) para R\$ 77,4 milhões, que equivale a 10,3% das provisões matemáticas (R\$ 754,9 milhões). Ainda, fruto da Reestruturação das aplicações da carteira de investimentos do Plano de Benefícios SERGUS BD, no valor de R\$ 702,7 milhões, no primeiro trimestre de 2017, registrou-se uma rentabilidade anual de 3,5%, frente à Meta Atuarial (INPC + 4,99%) de 2,2%, ao CDI de 3,0% e ao Ibovespa de 7,9%. Em 23.01.2017, o Plano de Benefícios SERGUS de Contribuição Definida – CD teve sua primeira alocação de recursos em janeiro, e acumulou ao fim do primeiro trimestre de 2017, patrimônio de R\$ 127 mil, com rentabilidade anual de 2,2%, frente ao índice de referência (IPCA + 4,85%) de 1,6% e ao CDI de 2,2%, ambos *pro rata die* do primeiro aporte.

Receita dos Investimentos Plano SERGUS BD

1º Trimestre

R\$23,7
Milhões

Renda Variável

20,80%

Segmento que impulsionou
Maior Rentabilidade

Ações

41,22%

BANESE impactou
na Renda Variável

No segundo trimestre, o total de ativos de investimentos do Plano SERGUS de Benefícios – BD foi de R\$ 706,3 milhões, com rentabilidade anual de 5,67% equivalente a 156,63% da Meta Atuarial de 3,62%. Nesse mesmo



período, o patrimônio do Plano de Benefícios SERGUS de Contribuição Definida – CD foi de R\$ 248 mil, com rentabilidade anual de 4,67%, frente ao índice de referência (IPCA + 4,85%) de 3,03% e ao CDI de 4,82%.

No decorrer do terceiro trimestre de 2017, o SERGUS permaneceu na busca da melhoria do seu desempenho operacional, no tocante a situação patrimonial e de solvência do Plano de Benefícios SERGUS BD.



Como consequência, atingimos um superávit no período de R\$ 26,9 milhões, contribuindo para redução do Déficit Acumulado de R\$ 87,9 milhões para R\$ 61,0 milhões (sem considerar o ajuste de precificação de ativos), equivalente a uma redução de 30,6% em relação a dezembro de 2016. Já os investimentos registraram um saldo de R\$ 724,3 milhões no período. O Plano de Benefícios SERGUS de Contribuição Definida – CD, no mesmo período sob análise, acumulou um patrimônio de R\$ 432,2 mil, com rentabilidade anual de 6,67%, frente ao índice de referência (IPCA + 4,85 a.a.) de 4,87%.

O Plano de Benefícios SERGUS BD encerrou o ano com um volume total de R\$ 738 milhões e um retorno anual de R\$ 78 milhões, sendo que 74,45% foi oriundo do Segmento de Renda Fixa, cujo volume corresponde a R\$ 635 milhões. Em termos percentuais, a rentabilidade anual foi de 11,77%, frente à Meta Atuarial (INPC + 4,99%) de 7,16%, ao CDI de 9,95% e ao Ibovespa de 26,86%. A classe de ativos que teve o melhor desempenho foram as Ações do Banese com rentabilidade de 150,31% e um retorno de R\$ 9,9 milhões. O Plano de Benefícios SERGUS de Contribuição Definida – CD encerrou o exercício com recursos da ordem de R\$ 571 mil e rentabilidade anual de 8,08%, frente ao índice de referência (IPCA + 4,85%) de 7,33% e ao CDI de 9,09%, ambos *pro rata die* do primeiro aporte. A Diretoria do SERGUS tem demonstrado seu empenho em acompanhar de perto todas as alocações financeiras, buscando trazer clareza e transparência aos seus participantes e assistidos.

Retorno dos Investimentos Plano SERGUS BD 2017

Rentabilidade

11,77%

**Atingiu
164,40%
Meta Atuarial**

Meta Atuarial

7,16%

**R\$78,4
Milhões**

Empréstimos ao Participante



Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do SERGUS, por sugestão da Diretoria Executiva em 2016, para as novas concessões dos empréstimos, houve redução da taxa de juros para 0,70% (setenta décimos por cento) ao mês, permanecendo o acréscimo do INPC. O objetivo da redução foi alavancar a carteira de empréstimos e continuar acima da meta de rentabilidade estabelecida para o segmento (INPC + 4,99% a.a.). Durante o exercício de 2017 a atratividade da taxa praticada proporcionou uma demanda significativa na carteira, gerando um retorno muito considerável para o plano SERGUS BD.

**0,70%
+INPC**

**R\$7,6
Milhões**

Volume concedido com esta taxa

Imóveis

A Entidade visando o custo de oportunidade na busca de melhor rentabilidade e liquidez dos investimentos do Plano BD, embasado em laudo de avaliação específico, pareceres das consultorias jurídica e financeira, como também, estudo técnico de viabilidade da diretoria administrativo-financeira do SERGUS e com aprovação do Conselho Deliberativo em 28.11.2017, alienou em 18.12.2017 ao SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços LTDA, o imóvel localizado na Rua Gutemberg Chagas nº 222, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju/SE, pelo valor de R\$ 6.830 mil, em 36 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo INPC acrescido da taxa de juros de 0,30% a.m, conforme Compromisso Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, celebrado entre as partes. Na operação foi apurado um lucro de R\$ 599 mil.



Lucro apurado na operação

**R\$599
Mil**

Tecnologias SERGUS em 2017



No ano de 2017 a área de Tecnologia da Informação do SERGUS trabalhou constantemente com o intuito de oferecer maior comodidade e informações para os participantes, com destaque em nossos APPs SERGUS e WIKISERGUS que ultrapassaram juntos mais de 1.500 downloads, proporcionando maior mobilidade, agilidade e conhecimento.

Além dos aplicativos foram implementadas várias melhorias e ferramentas nos processos internos da fundação, aproximando

os participantes cada vez mais, tais como:

- Automatização na comunicação entre o SERGUS e seus participantes, Conselheiros e com os Comitês;
- Melhorias no Portal do Participante;
- Participação na implantação dos módulos do Sistema de Benefício referente ao Plano CD;
- Criação de sistema para automatização do Relatório Gerencial do Conselho Fiscal;
- Integração entre os sistemas das áreas de Seguridade e RH com a Contabilidade;
- Normatização dos Acessos e Segurança da Informação;
- Controles da Infraestrutura interna; e
- Implementação de metodologia ágil para gestão e planejamento de projetos de software - Scrum.

Iniciamos o projeto do Novo Portal Institucional do SERGUS, utilizando novos recursos, visando nova roupagem, melhor navegabilidade e disponibilização das informações para os seus participantes em tempo real, todas essas novas tecnologias implementadas estão sendo desenvolvidas pelo corpo técnico do SERGUS.

APP SERGUS



+ 1500

Mais Downloads

Recadastramento



RECADASTRAMENTO

Em 2017, foi iniciado o Recadastramento dos Participantes, mantendo atualizado seus dados cadastrais, eles serão os insumos para o cálculo atuarial, cujo resultado aponta qual compromisso do plano com os participantes. Portanto, a adequação das premissas atuariais para esse cálculo, depende das informações cadastrais dos participantes ativo e assistidos.

Caso ainda não tenha feito a atualização cadastral de 2017, ainda há tempo, acesse nosso site www.banese.com.br/Sergus e atualize seus dados.

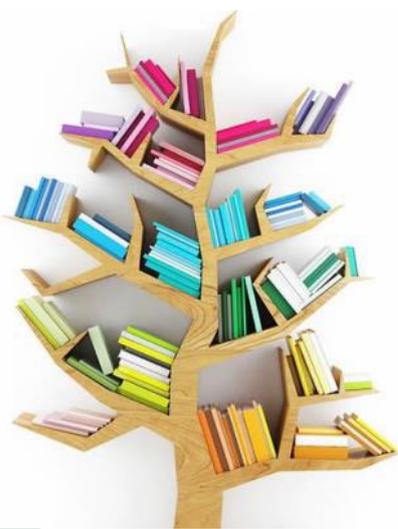
Acordo Processos Judiciais

A Diretoria Executiva do SERGUS, em conjunto com a sua assessoria jurídica Cavezzale Advogados Associados e os representantes dos participantes assistidos autores de demandas ajuizadas contra o SERGUS, Fernandes Advogados Associados, em reunião realizada em 22.02.2017, iniciou entendimentos para elaboração de uma proposta de acordo para pôr fim às 7 (sete) ações de abono, transitadas em julgado. Quando não cabe mais recurso, ou seja, a decisão se torna irrecurável.

Concluída as negociações com os demandantes, o acordo foi firmado nas seguintes condições: (a) para as ações em que não houve início do cumprimento de sentença, o pagamento, em parcela única, de 80% do valor do estoque, acrescido de 36 prestações vincendas; (b) para as ações em fase de execução, em que já ocorreu o levantamento integral dos depósitos judiciais (estoque), apenas o pagamento de 36 prestações vincendas; (c) os acordos foram realizados individualmente; e (d) o SERGUS desistirá das ações rescisórias em relação aos participantes assistidos que aceitarem o acordo, sem qualquer espécie de ônus, inclusive honorários de sucumbência. Os pagamentos dos depósitos judiciais foram efetuados nos dias 26 e 27.04.2017.

Cabe ainda esclarecer que o acordo acima firmado foi benéfico para ambos os lados, gerando uma redução nos compromissos futuros do SERGUS de aproximadamente R\$ 5.984 mil, uma vez que a diferença negociada não será incorporada ao benefício.

Capacitações SERGUS



O SERGUS montou um programa de capacitação em 2017, com destaque para o curso *in company*, realizado pela consultoria atuarial – MIRADOR, que consistiu de 05 módulos: PSICOLOGIA ECONÔMICA e EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONTROLADORIA, ATUÁRIA SEM MISTÉRIOS, GOVERNANÇA CORPORATIVA e GESTÃO DE INVESTIMENTOS, com a finalidade de aprimorar o nível de conhecimento e sua disseminação dentro da entidade, exclusivamente para gestores, conselheiros e funcionários. Neste ano, contemplamos também a participação nos principais eventos do segmento Previdência Complementar: Congresso Brasileiro de Previdência Complementar, Encontro dos Profissionais de Investimentos do Norte e Nordeste – EPINNE, Encontro dos Profissionais de Benefícios do Norte e Nordeste – EPB, Encontro Nacional de Comunicação, Relacionamento e Educação Previdenciária, Encontro Nacional dos Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, Comissão Nacional de Atuária – CNA, Encontro Nacional de Tecnologia da Informação Entidades Fechadas

de Previdência Complementar - EFPC, Fórum PFM de Riscos, dentre outros de menor porte. Estas ações buscam contribuir para melhoria da capacitação técnica e qualificação de todos os envolvidos no processo.



14º Arrasta-Pé Sergus



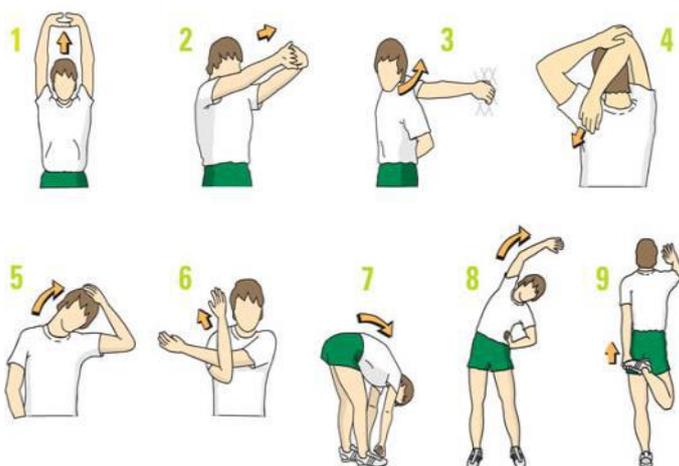
Ao som da banda de forró "Balança Eu", foi muito animado o 14º Arrasta-Pé do Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), realizado em 08/06/2017, no Clube do Banese em Aracaju. Cerca de 200 pessoas, entre associados do Instituto e convidados, brincaram pra valer no salão do Clube. Vestindo trajes típicos, dezenas de casais dançaram quadrilha no salão decorado com bandeirolas e outros adereços das festas juninas. O evento é considerado como uma boa oportunidade para rever os amigos.

Durante a festa, foi servido um café nordestino e houve ainda o sorteio de brindes entre os participantes.

O evento contou ainda com a presença do Diretor Financeiro e de Tecnologia do Banese, Renato Dantas, da Superintendente da Banese Corretora, Cristina Figueiredo, e a Diretora da Caixa de

Assistência dos Empregados do Banese (CASSE), Elda Rodrigues.

13ª Caminhada SERGUS Assistidos e Pré-Aposentáveis



Confraternizar incentivando a prática de hábitos saudáveis. Esse é o principal objetivo da caminhada que o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS) promove anualmente, desde 2005.

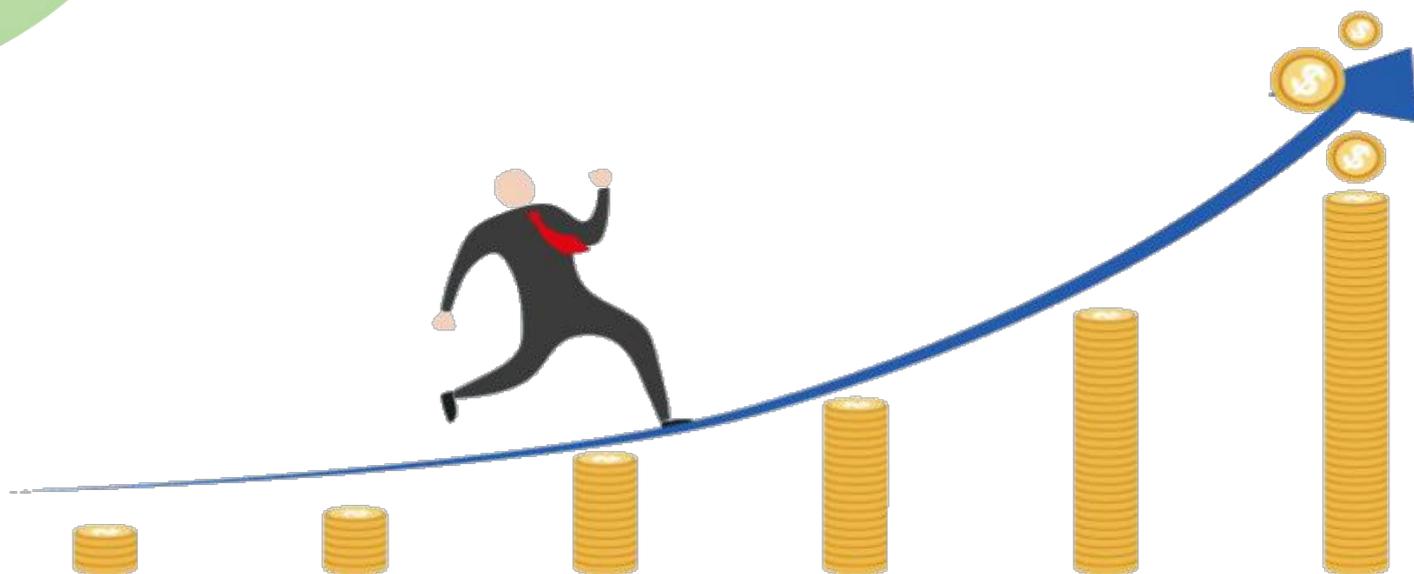
"É um momento de encontrar baneseanos aposentados e da ativa, com muita alegria e descontração, lembrando que sempre é preciso cuidar do corpo e da mente", declarou o diretor de Seguridade do SERGUS, Augusto Cezar Barboza Santos, durante a 13ª Caminhada dos Assistidos e Pré-Aposentáveis do Instituto, que aconteceu na manhã do sábado, do dia 02 de dezembro de 2017.

O evento começou com o acolhimento dos participantes na Associação Atlética Banese – o Clube do Banese, na Coroa do Meio. Antes de iniciar o trajeto pelas ruas da Coroa do Meio e Atalaia, todos fizeram aquecimento com os professores de Educação Física Kadu, Jéssica e Marília Gabriela. Após a caminhada, os participantes desfrutaram de um café da manhã e participaram de sorteios de brindes.



Cenário Econômico-Financeiro

Cenário Econômico-Financeiro



O ano de 2017 foi bastante positivo para os ativos de risco. Os ativos apresentaram volatilidade baixa, em linha com o baixo risco no mercado externo. Destacamos:

O bom desempenho do IRFM, que representa o mercado pré-fixado, em linha com a forte queda dos juros ao longo de 2017. Lembramos que, ao final de 2016, o mercado esperava que a Taxa SELIC estivesse próxima a 10% no final de 2017 – a SELIC terminou o ano em 7%.

A forte queda dos juros influenciou toda a curva pré-fixada, mas foi mais sensível na parte curta da mesma – o que nos parece muito coerente, uma vez que as principais reformas estruturais ainda não foram aprovadas. Com isso, a curva de cupom de IPCA também apresentou fechamento mais forte em sua parte curta.

A bolsa apresentou excelente desempenho, e mais uma vez foi difícil para os gestores ativos bater os benchmarks. O destaque ficou para o segmento de Small Caps.

Outro ponto que merece destaque é a inflação. Ao final de 2016, a expectativa para o IPCA em 2017 girava em torno de 5%. O índice fechado ficou em 2,95%, abaixo do piso da meta, e contribuiu fortemente para a queda adicional da SELIC.

Com a redução dos índices de inflação e das taxas de juros em 2017, aliados ao excelente desempenho da Renda Variável (Bolsa) e dos ativos indexados à taxa de juros pré-fixada, propiciaram o reconhecimento de resultados positivos para o segmento de previdência complementar fechada. Com isso, as metas atuariais tiveram um ano de baixa variação, o que foi determinante para que um número muito relevante de planos superasse a meta atuarial (ou de investimentos). Já são dois anos em que a maior parte das Entidades Fechadas de Previdência Complementar atingem suas metas.

Diante deste contexto, o SERGUS mantém a cautela e acredita que novas oportunidades devem surgir nos próximos anos, através de investimentos em ativos com um maior grau de volatilidade, visto a queda iminente da taxa básica de juros do Brasil.





Gestão de Seguridade

Gestão de Seguridade

O SERGUS administra dois planos de benefícios previdenciários: um plano na modalidade de Benefício Definido (BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Neste capítulo sobre a Seguridade, você vai conhecer os planos de benefícios e conferir os números que demonstram, a consolidação do SERGUS como uma entidade comprometida com a perenidade e solidez.



Composição dos Participantes

No final do exercício de 2017, o mapa estatístico da quantidade de participantes nos Planos SERGUS, demonstrava um total de 1.435 participantes no Plano SERGUS BD e de 62 participantes no Plano SERGUS CD sendo distribuídas conforme abaixo.

Plano SERGUS CD

2017



2017

Ativos

651

Cancelados Sem
Resgate

218

Auxílio Doença

2

Pensionistas

55

Aposentados

R\$ 4.274,72

Benefício médio

509

13

Benefício Concedidos
no anoTotal
1.435

Composição dos Recursos Coletados e Despesas Previdenciais

Os quadros abaixo demonstram o total das contribuições arrecadadas dos participantes, assistidos e das patrocinadoras, assim como as despesas ocorridas com pagamentos de benefício durante o ano de 2017 por Plano de Benefícios.

Plano CD

R\$

Composição das Receitas Previdenciárias (Contribuições)	
Contribuição de Ativos	296.100,52
Contribuição de Patrocinadores	288.318,96
Sub-total	584.419,48
Outras receitas previdenciais	41.262,22
Total	625.681,70

Composição das Despesas Previdenciárias (Benefícios)	
Reserva de Poupança	1.485,71
Total	1.485,71

Plano BD

R\$

Composição das Receitas Previdenciárias (Contribuições)	
Contribuição de Ativos	7.908.575,99
Contribuição de Assistidos	4.737.643,54
Contribuição de Patrocinadores	8.050.091,59
Contribuição de Autofinanciados	427.185,82
Contribuição Extraordinária (Joia)	-
Sub-total	21.123.496,94
Outras receitas previdenciais	1.185.460,48
Total	22.308.957,42

Composição Das Despesas Previdenciárias (Benefícios)	
Aposentadoria Antecipada p/ Tempo de Contribuição	3.280.742,33
Aposentadoria por Idade	300.827,22
Aposentadoria por Invalidez	1.482.793,07
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	24.330.517,56
Auxílio Doença	93.330,87
Pensão por Morte	1.236.991,61
Pecúlio por Morte/Invalidez	478.536,33
Reserva de Poupança	4.576.026,41
Portabilidade	-
Sub-total	35.779.765,40
Outras despesas previdenciais	53.475,45
Total	35.833.240,85

Premissas Atuariais

PLANO BD

Hipóteses ou premissas atuariais são informações estatísticas sobre os participantes de um fundo de pensão, a partir das quais o atuário calcula e determina os recursos necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios. As hipóteses atuariais abrangem dados relativos à expectativa de vida e também considera variáveis econômicas, como a evolução salarial dos participantes ao longo da sua vida laborativa e a taxa de retorno esperada para os investimentos do plano de benefícios, entre outras.

Desta forma, os estudos de adequação das hipóteses (premissas) adotadas pelo Plano SERGUS BD, realizado em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, foram apresentados e aprovados pelo Órgão Colegiado da Entidade, conforme demonstrado abaixo.

Premissas	Vigentes
Econômicas / Financeiras	
Taxa Real de Juros	4,99% a.a.
Fator de Capacidade dos Salário e INSS	98%
Fator de Capacidade dos Benefícios	98%
Plano de Custeio Vigente	<p>Contribuição Normal (participantes ativos): para participantes que se inscreveram no plano com idade entre 18 e 30 anos, 4,6% sobre o Salário de Participação (SP) e 17,10% sobre a parcela do SP acima de 9 x USC; para participantes que se inscreveram no plano com idade acima de 30 anos, 5,5% sobre o Salário de Participação (SP) e 17,10% sobre a parcela do SP acima de 9 x USC. Contribuição Normal (aposentados e pensionistas): 15% do benefício recebido, com exceção dos assistidos que recebem benefício mínimo. Contribuição Normal (patrocinadoras): as patrocinadoras contribuem de forma paritária aos participantes ativos.</p> <p>15% das Contribuições Normais</p>
Taxa de Carregamento	0%
Taxa de Administração	0%
Taxa de Crescimento Real Salarial	2,15% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios	Nula
Biométricas	
Mortalidade Geral	Tábua BR-EMSsb-v.2015 Desagravada em 10%, por sexo
Entrada em Invalidez	Tábua TASA 1927
Mortalidade de Inválidos	Tábua AT-83 (IM), por sexo
Demográfica	
Rotatividade (Turnover)	Nula
Entrada de novas gerações	Nula
Estrutura Familiar	<p>Benefícios a conceder: família média, modelo Mirador, com os seguintes parâmetros: Homem 4 anos mais velho do que mulher e 80% do grupo casado. Benefícios Concedidos: família efetiva.</p>



Gestão de Investimentos

Gestão de Investimentos

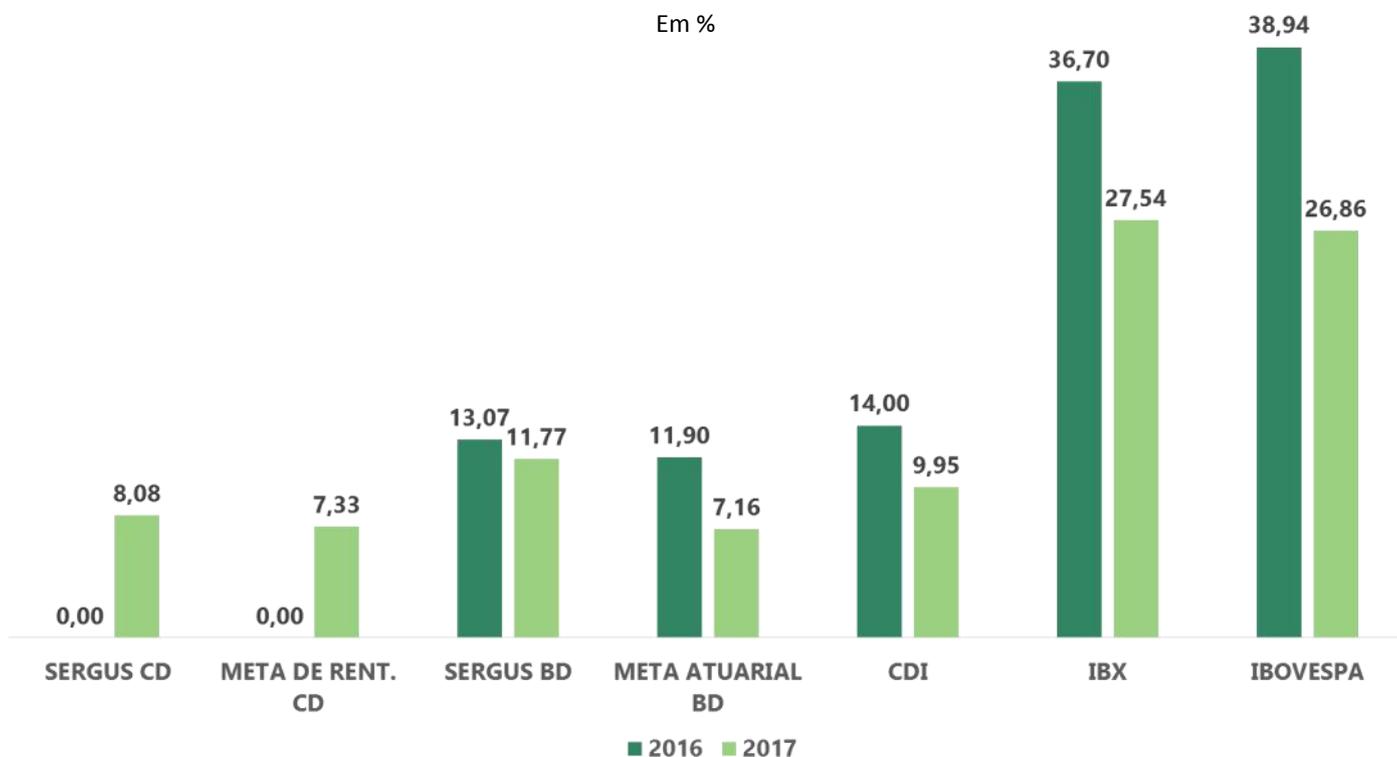
A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco das aplicações financeiras mista, em que parte dos recursos, 70,04% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 29,96% sob a gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla de forma contínua todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de forma integral.

Nesse sentido, como perspectiva de investimentos para o exercício de 2018, o direcional segue apontado no estudo de ALM, que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Informações Financeiras

O Plano Sergus BD rentabilizou no ano 11,77%, frente à Meta Atuarial de 7,16%, ao CDI de 9,95% e ao Ibovespa de 26,86%. Os principais fatores que contribuíram para o atingimento da meta estabelecida para o plano foram: O Segmento de Renda Variável, cujo desempenho no ano foi positivo em 62,44%, com destaque para as ações do Banese que apresentaram um retorno de 150,31%. Já o Plano Sergus CD rentabilizou no ano 8,08% frente à Meta de Rentabilidade de 7,33%.

O plano CD possui investimentos no segmento de Renda Fixa e este, em 2017, foi beneficiado pela queda da inflação, que encerrou o exercício em 2,66% *pro rata die* ao primeiro aporte do plano, favorecendo o atingimento da meta estabelecida para o plano. Além disso, a melhora do cenário econômico permitiu um retorno positivo aos demais segmentos nos quais os recursos da Entidade estão investidos.



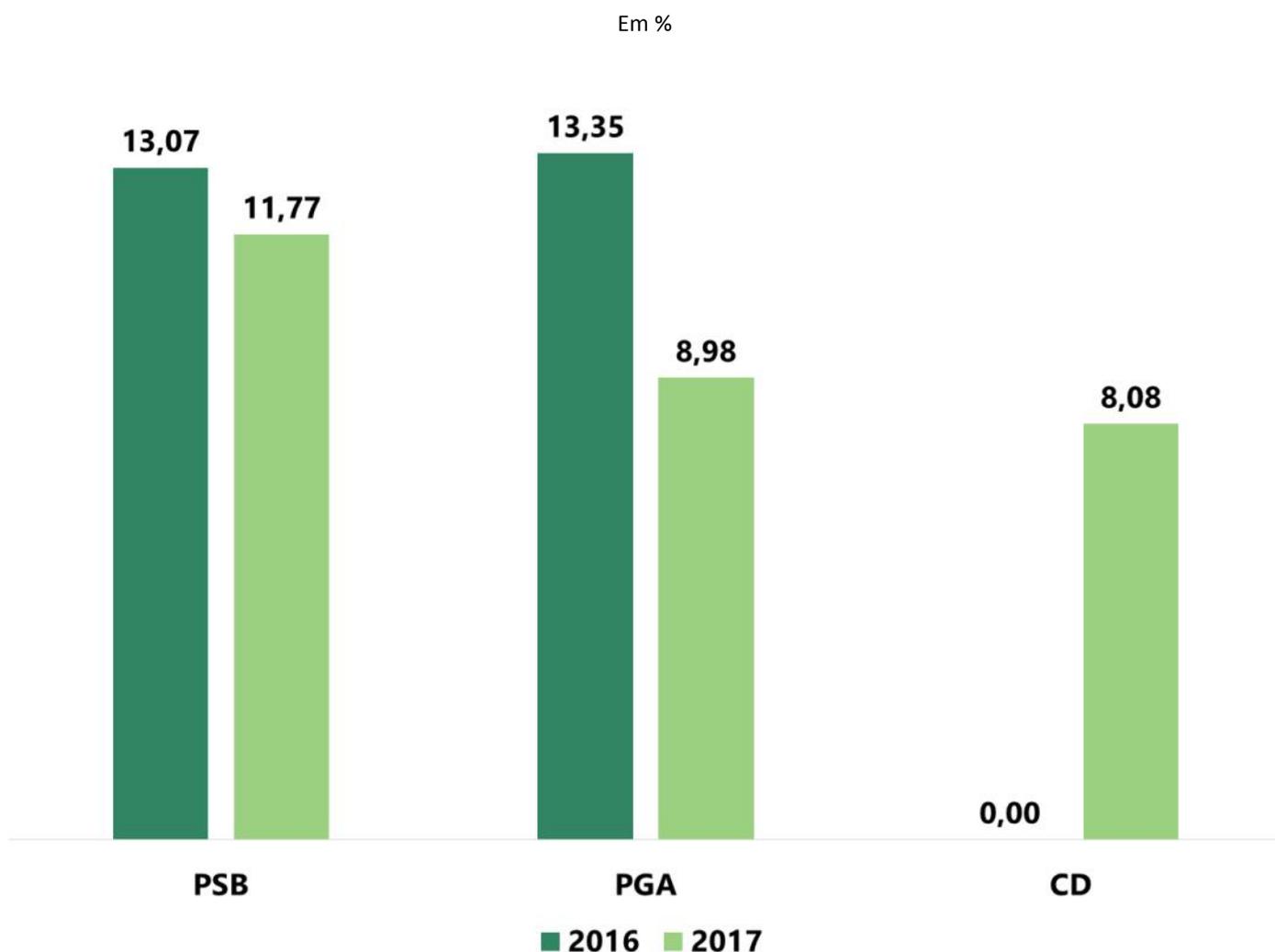
R\$ 58 milhões de Evolução Patrimonial

Melhora do Cenário Econômico
Permitiu um Retorno Positivo



Rentabilidade por Gestão

No gráfico abaixo, demonstramos a rentabilidade dos Planos SERGUS de Benefícios BD, do Plano de Gestão Administrativa - PGA e do Plano SERGUS CD. O Plano BD obteve rentabilidade no exercício de 2017 de 11,77%, já o Plano de Gestão Administrativa conseguiu uma rentabilidade 8,98% e o Plano CD registrou rentabilidade de 8,08%.



Demonstrativo de Investimentos

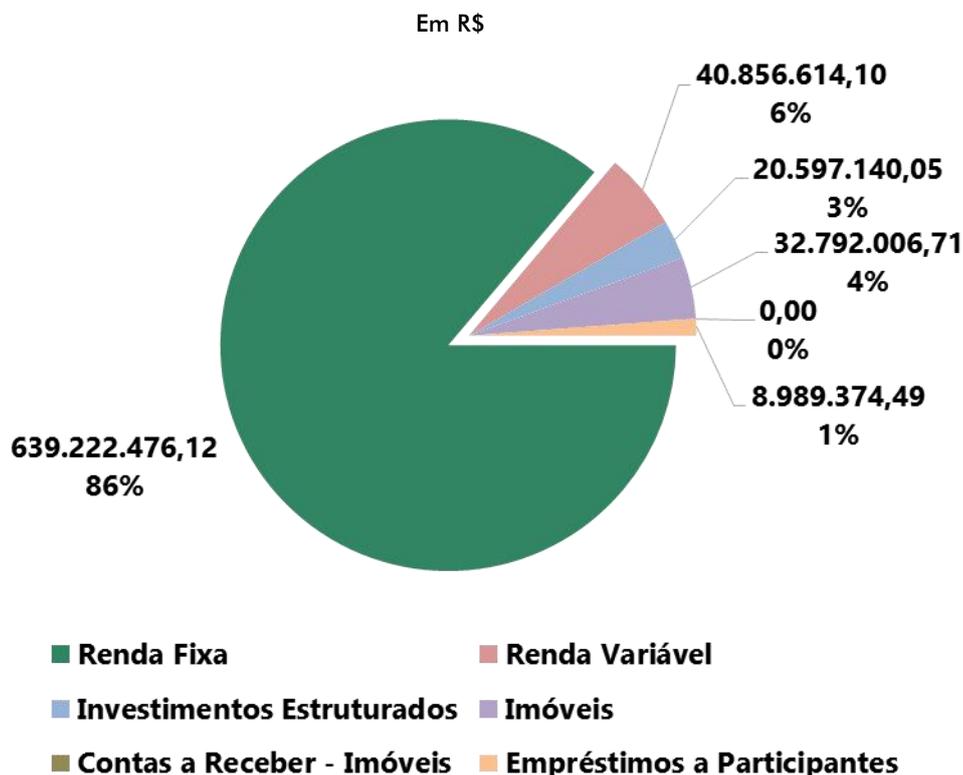
Em dezembro/2017, o total de ativos de investimentos dos planos administrados pelo Sergus foi de R\$ 742 milhões, um crescimento de R\$ 58 milhões quando comparado ao volume de R\$ 684 milhões em dezembro/2016. A maior concentração dos recursos continua no segmento de Renda Fixa com R\$ 639 milhões, equivalente a 86,11% do recurso garantidor.

SERGUS Consolidado

Segue abaixo tabela com a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada e própria com posição em dezembro/2016 e dezembro/2017.

R\$

Segmentos	Composição por Segmento			
	Dezembro/2016	Recursos Garantidores (%)	Dezembro/2017	Recursos Garantidores (%)
Renda Fixa	611.566.356,04	89,45	639.222.476,12	86,11
Renda Variável	19.330.594,56	2,83	40.856.614,10	5,50
Investimentos Estruturados	15.800.409,32	2,31	20.597.140,05	2,77
Imóveis	29.501.629,99	4,31	32.792.006,71	4,42
Contas a Receber - Imóveis	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos a Participantes	7.840.485,78	1,15	8.989.374,49	1,21
Total de Investimentos	684.045.475,69	100,05	742.457.611,47	100,01
Disponível	2.375,08	0,00	9.590,56	0,00
Exigível Operacional	(330.686,46)	(0,05)	(105.893,79)	(0,01)
Total dos Recursos Garantidores	683.717.164,31	100,00	742.361.308,24	100,00



Gestão de Investimentos por Segmentos

R\$

Gestão de Investimentos			
Gestão Terceirizada	Dezembro/2017	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Fundos de Investimento Exclusivos	175.131.924,48	77,79	23,59
Fundos de Investimento Renda Fixa	4.213.391,14	1,87	0,57
Fundos de Investimento Multimercado - Não Estruturados	-	0,00	0,00
Fundos de Investimento Multimercado - Estruturados	20.597.140,05	9,15	2,77
Fundos de Investimento em Ações	25.191.565,58	11,19	3,39
Total de Gestão Terceirizada	225.134.021,25	100,00	30,32
Gestão Própria	Dezembro/2017	Gestão Própria (%)	Total de Investimentos (%)
Títulos do Governo Federal - NTN-B	366.687.581,91	70,88	49,39
Títulos Privados - LFs	93.189.578,59	18,01	12,55
Ações	15.665.048,52	3,03	2,11
Imóveis	32.792.006,71	6,34	4,42
Contas a Receber - Imóveis	-	0,00	0,00
Empréstimos a Participantes	8.989.374,49	1,74	1,21
Total de Gestão Própria	517.323.590,22	100,00	69,68
Total de Investimentos	742.457.611,47	-	100,00

Em R\$



■ Total de Gestão Terceirizada ■ Total de Gestão Própria

Gestão Terceirizada por Gestor

Gestores	Dezembro/2017	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Bozano Gestão de Recursos Ltda.	64.424.496,04	28,63	8,68
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	55.836.281,88	24,80	7,52
Novero Agentes Autonomos de Investimento Ltda.	58.365.613,22	25,92	7,86
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	147.565,25	0,07	0,02
Oceana Investimentos Adm. de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	13.471.078,75	5,98	1,81
Studio Investimentos Administradora de Recursos Ltda.	16.065.039,31	7,14	2,16
Icatu Vanguarda Gestão De Recursos Ltda.	3.111.331,25	1,38	0,42
Kondor Adm. e Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	2.982.543,12	1,32	0,40
SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S.A	10.158.713,20	4,51	1,37
Itaú Unibanco S.A.	571.359,23	0,25	0,08
Total de Gestão Terceirizada	225.134.021,25	100,00	30,32

Plano SERGUS de Benefícios BD

Os investimentos do Plano SERGUS de Benefícios BD no ano de 2017 totalizaram um montante de R\$ 738 milhões, que equivale a um crescimento de R\$ 56 milhões quando comparado ao volume de R\$ 682 milhões em dezembro/2016. A maior concentração dos recursos continua no segmento de Renda Fixa com R\$ 635 milhões, equivalente a 86,03% do recurso garantidor.

Na sequência apresentamos tabela com a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada e própria com posição em dezembro/2016 e dezembro/2017.

Composição por Segmento

Segmentos	Dezembro/2016	Recursos Garantidores (%)	Dezembro/2017	Recursos Garantidores (%)
Renda Fixa	609.575.796,36	89,41	635.156.650,23	86,03
Renda Variável	19.330.594,56	2,84	40.856.614,10	5,53
Investimentos Estruturados	15.800.409,32	2,32	20.597.140,05	2,79
Imóveis	29.501.629,99	4,33	32.792.006,71	4,44
Contas a Receber - Imóveis	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos a Participantes	7.840.485,78	1,15	8.989.374,49	1,22
Total de Investimentos	682.054.916,01	100,05	738.391.785,58	100,01
Disponível	794,11	0,00	9.149,27	0,00
Exigível Operacional	(328.907,55)	(0,05)	(102.005,21)	(0,01)
Total dos Recursos Garantidores	681.726.802,57	100,00	738.298.929,64	100,00

Gestão de Investimentos

Gestão Terceirizada	Dezembro/2017	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimento (%)
Fundos de Investimento Exclusivos	175.131.924,48	79,21	23,72
Fundos de Investimento Renda Fixa	147.565,25	0,07	0,02
Fundos de Investimento Multimercado - Não Estruturados	-	0,00	0,00
Fundos de Investimento Multimercado - Estruturados	20.597.140,05	9,32	2,79
Fundos de Investimento em Ações	25.191.565,58	11,40	3,41
Total de Gestão Terceirizada	221.068.195,36	100,00	29,94
Gestão Própria	Dezembro/2017	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimento
Títulos do Governo Federal - NTN-B	366.687.581,91	70,88	49,66
Títulos Privados - LFs	93.189.578,59	18,01	12,62
Ações	15.665.048,52	3,03	2,12
Imóveis	32.792.006,71	6,34	4,44
Contas a Receber - Imóveis	-	0,00	0,00
Empréstimos a Participantes	8.989.374,49	1,74	1,22
Total de Gestão Própria	517.323.590,22	100,00	70,06
Total de Investimentos	738.391.785,58	-	100,00

Gestão Terceirizada por Gestor

Gestores	Dezembro/2017	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimento (%)
Bozano Gestão de Recursos Ltda.	60.930.029,38	27,55	8,26
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	55.836.281,88	25,26	7,56
Novero Agentes Autonomos de Investimento Ltda.	58.365.613,22	26,40	7,90
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	147.565,25	0,07	0,02
Oceana Investimentos Adm. de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	13.471.078,75	6,09	1,82
Studio Investimentos Administradora de Recursos Ltda.	16.065.039,31	7,27	2,18
Icatu Vanguarda Gestão De Recursos Ltda.	3.111.331,25	1,41	0,42
Kondor Adm. e Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	2.982.543,12	1,35	0,40
SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S.A	10.158.713,20	4,60	1,38
Total de Gestão Terceirizada	221.068.195,36	100,00	29,94

Rentabilidade do Plano SERGUS de Benefícios BD

Segue abaixo tabela com as informações referentes à meta atuarial do plano SERGUS BD, os índices de referência por segmento dos ativos estipulados na política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano.

Segmentos	Rentabilidades - 2017 em %				
	Meta Atuarial	Índices de Referência (PI PSB 2017)		Rentabilidade Bruta Estimada *	Rentabilidade**
Renda Fixa		INPC + 4,99%	7,16	10,14	9,80
Renda Variável		Ibovespa	26,86	63,71	62,44
Investimentos Estruturados	INPC +4,99% a.a.	INPC + 7%	9,21	13,10	11,53
Imóveis		INPC	2,07	16,92	16,92
Empréstimos a Participantes		INPC + 4,99%	7,16	11,61	11,61
PSB		-	-	12,17	11,77

* Rentabilidade bruta estimada sem abater os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

** Rentabilidade líquida contemplando os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

Despesas da Gestão dos Investimentos

Apresentamos a seguir as tabelas com as despesas de investimentos do plano SERGUS BD divididas entre a gestão terceirizada (fundos de investimentos) e a gestão própria (títulos mantidos na carteira própria, administrados pelo SERGUS).

Despesas da Gestão de Investimentos - 2017			
Gestão Terceirizada	Valor	Gestão Própria	Valor
Taxa de Administração	1.682.861	Taxa de Administração	-
Taxa de Custódia	92.987	Taxa de Custódia	221.009
Taxa de Performance	546.296	Taxa de Performance	-
Auditoria	25.024	Auditoria	-
CETIP, SELIC e CBLC	68.471	CETIP, SELIC e CBLC	63.378
Corretagens	141.424	Corretagens	-
Outras despesas	136.532	Outras despesas	(13.592)
Total de Despesas Gestão Terceirizada	2.693.593	Total de Despesas Gestão Própria	270.795
Total de Despesas			2.964.389

Plano de Gestão Administrativa - PGA

No ano de 2017, o total dos investimentos pertencentes ao plano de Gestão Administrativa PGA foi de R\$ 3,49 milhões, um crescimento de R\$ 1,5 milhões quando comparado ao volume de R\$ 1,99 milhões em dezembro/2016. O total dos recursos continua no segmento de Renda Fixa.

Na tabela abaixo demonstramos a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada com posição em dezembro/2016 e dezembro/2017.

R\$

Composição Por Segmento				
Segmentos	Dezembro/2016	Recursos Garantidores (%)	Dezembro/2017	Recursos Garantidores (%)
Renda Fixa	1.990.559,68	100,00	3.494.466,65	100,11
Total de Investimentos	1.990.559,68	100,00	3.494.466,65	100,11
Disponível	1.580,97	0,09	99,49	0,00
Exigível Operacional	(1.778,91)	(0,09)	(3.782,27)	(0,11)
Total dos Recursos Garantidores	1.990.361,74	100,00	3.490.783,87	100,00

Gestão de Investimentos			
Gestão Terceirizada	Dezembro/2017 (R\$)	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Fundos de Investimento Renda Fixa	3.494.466,65	100,00	100,00
Total de Gestão Terceirizada	3.494.466,65	100,00	100,00
Total de Investimentos	3.494.466,65	-	100,00

Gestão Terceirizada por Gestor			
Gestores	Dezembro/2017 (R\$)	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Bozano Gestão de Recursos Ltda.	3.494.466,65	100,00	100,00
Total de Gestão Terceirizada	3.494.466,65	100,00	100,00

Rentabilidade do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Segue abaixo tabela com as informações referentes aos índices de referência por segmento dos ativos estipulados na política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano de Gestão Administrativa.

Rentabilidades - 2017 em %				
Segmentos	Índices de Referência (PI PGA 2017)		Rentabilidade Bruta Estimada *	Rentabilidade **
Renda Fixa	100% do CDI	9,95	10,29	8,98
PGA			10,29	8,98

* Rentabilidade bruta estimada sem abater os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

** Rentabilidade líquida contemplando os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

Despesas da Gestão dos Investimentos

A seguir serão apresentadas as tabelas com as despesas da gestão terceirizada de investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Despesas de Gestão de Investimentos - 2017	
Gestão Terceirizada	Valor (R\$)
Taxa de Administração	16.263,67
Taxa de Custódia	2.193,05
Taxa de Performance	0,00
Auditoria	675,67
CETIP, SELIC e CBLC	25.085,54
Corretagens	0,00
Outras despesas	1.684,68
Total de Despesas da Gestão Terceirizada	45.902,61
Total de Despesas	45.902,61

Plano de Contribuição Definida – CD

No ano de 2017, o total dos investimentos pertencentes ao plano Sergus de Contribuição Definida CD foi de R\$ 571 mil. O plano CD iniciou suas aplicações em 23/01/2017. O total dos recursos está aplicado no segmento de Renda Fixa.

Na tabela abaixo demonstramos a composição dos investimentos por segmento, sua concentração em relação ao recurso garantidor, e ainda descrição da administração terceirizada com posição em dezembro/2017.

R\$

Composição Por Segmento				
Segmentos	Dezembro/2016	Recursos Garantidores (%)	Dezembro/2017	Recursos Garantidores (%)
Renda Fixa	0,00	0,00	571.359,23	99,95
Total de Investimentos	0,00	0,00	571.359,23	99,95
Disponível	0,00	0,00	341,80	0,07
Exigível Operacional	0,00	0,00	(106,31)	(0,02)
Total dos Recursos Garantidores	0,00	0,00	571.594,72	100,00

Gestão de Investimentos			
Gestão Terceirizada	Dezembro/2017	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Fundos de Investimento Renda Fixa	571.359,23	100,00	100,00
Total de Gestão Terceirizada	571.359,23	100,00	100,00
Total de Investimentos	571.359,23	-	100,00

Gestão Terceirizada por Gestor			
Gestores	Dezembro/2017	Gestão Terceirizada (%)	Total de Investimentos (%)
Itaú Unibanco S.A.	571.359,23	100,00	100,00
Total de Gestão Terceirizada	571.359,23	100,00	100,00

Rentabilidade Plano de Contribuição Definida

Segue abaixo tabela com as informações referentes à meta de rentabilidade do plano Sergus CD, os índices de referência por segmento dos ativos estipulados na política de Investimentos e a rentabilidade bruta estimada e líquida dos ativos do Plano.

Rentabilidades - 2017 (%)			
Segmentos	Meta de Rentabilidade (PI CD 2017)	Rentabilidade Bruta Estimada *	Rentabilidade **
Renda Fixa	IPCA + 4,85 a.a. 7,33	11,78	8,08
CD		11,78	8,08

* Rentabilidade bruta estimada sem abater os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

** Rentabilidade líquida contemplando os custos diretos e indiretos inerentes aos fundos de investimentos.

Despesas da Gestão de Investimentos

A seguir serão apresentadas as tabelas com as despesas da gestão terceirizada de investimentos do Plano Sergus CD.

Despesas da Gestão de Investimentos - 2017	
Gestão Terceirizada	Valor R\$
Taxa de Administração	541,36
Taxa de Custódia	102,60
Taxa de Performance	0,00
Auditoria	1,99
CETIP, SELIC e CBLC	20.481,62
Corretagens	0,00
Outras despesas	9,37
Total de Despesas da Gestão Terceirizada	21.136,94
Total de Despesas	21.136,94

The page features several abstract green shapes. At the top left, there are overlapping semi-circles and a rectangular block. A large, rounded rectangular shape in the center contains the main title. At the bottom right, there are more overlapping semi-circles and a rectangular block, all in various shades of green.

Política de Inversiones

Política de Investimentos — PSB

Relatório Resumo Participantes - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social

Aprovada para o exercício de 2018

Plano de Benefícios: Plano Sergus de Benefício Definido nº 19.800.010-65

Nº da ata de aprovação: S/N Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: PI aprovada em 28/12/2017.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Segmento: Plano

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Tx mínima atuarial (TMA): Taxa de juros: 4,99% aa **Indexador:** INPC

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Controle de Riscos:

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:

SIM

Dispõe de Manual: SIM

Possui modelo proprietário de risco:

SIM

Dispõe de Manual: NÃO

Realiza estudos de ALM:

SIM

Observação:

O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF.

Alocação de Recursos

Período de referência: 01/2018 à 12/2018

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	0,00%	100,00%	89,41%
Segmento Renda Variável	0,00%	20,00%	3,18%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	1,89%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	2,50%	0,15%
Segmento de Imóveis	0,00%	7,00%	4,24%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	14,00%	1,13%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:

SIM

Utiliza Derivativos:

SIM

Avaliação prévia dos riscos envolvidos:

SIM

Existência de sistemas de controles internos:

SIM

Observação:

As operações com derivativos são vetadas em Carteira Própria e permitidas para a gestão discricionária (gestão externa).

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos:

NÃO

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	15,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%	

Observação:

O limite passa a ser de 30% para SPE constituída exclusivamente para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizatória, conforme redação expressa na Resolução Bacen 4.275 de 31 de outubro de 2013.

Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

Observação:

Para os valores mobiliários, exceto ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações, certificados de recebíveis emitidos com adoção de regime fiduciário e debêntures de infraestrutura.

Plano/Segmento	Rentabilidade(%)			Não Aplica
	2016	1º sem 2017	2018	
Plano	13,07%	5,67%	9,38%	
Renda Fixa	14,43%	4,94%	10,67%	
Renda Variável	27,92%	32,07%	14,06%	
Investimentos Estruturados	13,34%	8,02%	11,47%	
Investimentos no Exterior	-----	-----	17,12%	
Imóveis	-15,31%	2,75%	9,38%	
Operações com Participantes	19,97%	6,17%	9,38%	

Observação: As rentabilidades de 2018 são projeções.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos

Plano	INPC + 4,99% ao ano*
Renda Fixa	INPC + 6,23% ao ano
Renda Variável	INPC + 9,48% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 7,00% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 12,42% ao ano
Imóveis	INPC + 4,99% ao ano*
Operações com Participantes	INPC + 4,99% ao ano*

*Meta Atuarial

Política de Investimentos — PGA

Relatório Resumo Participantes - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social

Aprovada para o exercício de 2018

Plano de Benefícios: Plano de Gestão Administrativa - PGA nº 99.700.000-00

Nº da ata de aprovação: S/N

Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: PI aprovada em 28/12/2017.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Segmento: Plano

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Partic	Plano/Segmento	Índice de Referência		Taxa de Juros aa
		Indexador	Indexadores	
100,00%	Plano	100,00%	DI-CETIP	-
100,00%	Renda Fixa	100,00%	DI-CETIP	-
Controle de Riscos:	Risco de Mercado	Comentários:	Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.	
	Risco de Liquidez			
	Risco de Contraparte			
	Risco Legal			
	Risco Operacional			
	Outros			
Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM	
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO	
Realiza estudos de ALM:	NÃO			
Observação:	O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF.			

Alocação de Recursos				
Período de referência: 01/2018 à 12/2018				
	Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa		100,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável		0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados		0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior		0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis		0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes		0,00%	0,00%	0,00%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:			SIM	
Utiliza Derivativos:			SIM	
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:			SIM	
Existência de sistemas de controles internos:			SIM	
Observação:	As operações com derivativos são vetadas em Carteira Própria e permitidas para a gestão discricionária (gestão externa).			

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos:

NÃO

Alocação por Emissor				
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica	
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%		
Instituição Financeira	0,00%	15,00%		
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%		
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%		
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%		
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%		
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%		
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%		
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta				X
Sociedade de Propósito Específico - SPE				X
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados				X

Observação:

Concentração por Emissor				
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica	
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%		
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	10,00%		
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%		
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%		
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%		
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%		
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%		
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%		

Observação:

O limite passa a ser de 30% para SPE constituída exclusivamente para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizatória, conforme redação expressa na Resolução Bacen 4.275 de 31 de outubro de 2013.

Concentração por Investimentos				
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica	
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%		
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%		
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%		

Observação:

Para os valores mobiliários, exceto ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações, certificados de recebíveis emitidos com adoção de regime fiduciário e debêntures de infraestrutura.

Plano/Segmento	Rentabilidade(%)			Não Aplica
	2016	1º sem 2017	2018	
Plano	13,35%	5,30%	7,50%	
Renda Fixa	13,35%	5,30%	7,50%	
Renda Variável	-----	-----	-----	X
Investimentos Estruturados	-----	-----	-----	X
Investimentos no Exterior	-----	-----	-----	X
Imóveis	-----	-----	-----	X
Operações com Participantes	-----	-----	-----	X

Observação: As rentabilidades de 2018 são projeções.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos

Plano	CDI
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Não Aplica
Investimentos Estruturados	Não Aplica
Investimentos no Exterior	Não Aplica
Imóveis	Não Aplica
Operações com Participantes	Não Aplica

Política de Investimentos — CD

Relatório Resumo Participantes - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social
Aprovada para o exercício de 2018

Plano de Benefícios: Plano de Benefício Sergus CD nº 20.160.018-11

Nº da ata de aprovação: S/N Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: PI aprovada em 28/12/2017.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Cargo: Diretor Administrativo-Financeiro

Segmento: Plano

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Índice de Referência				
Partic	Plano/Segmento	Indexador	Indexadores	Taxa de Juros aa
100,00%	Plano	100,00%	IPCA	4,85%
100,00%	Renda Fixa	100,00%	IPCA	4,85%
Controle de Riscos:	Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco de Contraparte Risco Legal Risco Operacional Outros	Comentários:	Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros:		SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:		SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:		NÃO		
Observação:	O apreçamento de ativos financeiros é realizado pelo custodiante através do sistema de risco SAC-YMF.			

Alocação de Recursos			
Período de referência: 01/2018 à 12/2018			
Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental: SIM

Utiliza Derivativos: SIM

Avaliação prévia dos riscos envolvidos: SIM

Existência de sistemas de controles internos: SIM

Observação: As operações com derivativos são vetadas em Carteira Própria e permitidas para a gestão discricionária (gestão externa).

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos: NÃO

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	15,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00%	10,00%	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta			X
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%	

Observação:

O limite passa a ser de 30% para SPE constituída exclusivamente para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizatória, conforme redação expressa na resolução Bacen 4.275 de 31 de outubro de 2013.

Concentração por Investimentos

Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

Observação:

Para os valores mobiliários, exceto ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações, certificados de recebíveis emitidos com adoção de regime fiduciário e debêntures de infraestrutura.

Plano/Segmento	Rentabilidade(%)			Não Aplica
	2016	1º sem 2017	2018	
Plano	0,00%	4,67%	9,23%	
Renda Fixa	0,00%	4,67%	9,23%	
Renda Variável	-----	-----	-----	X
Investimentos Estruturados	-----	-----	-----	X
Investimentos no Exterior	-----	-----	-----	X
Imóveis	-----	-----	-----	X
Operações com Participantes	-----	-----	-----	X

Observação:

O Plano de Benefícios Sergus de Contribuição Definida - CD, teve o início de seu funcionamento em Janeiro de 2017. Assim sendo, para o exercício de 2016, não há rentabilidade a ser apresentada.

As rentabilidades de 2018 são projeções.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos

Plano	IPCA + 4,85% ao ano
Renda Fixa	IPCA + 4,85% ao ano
Renda Variável	Não Aplica
Investimentos Estruturados	Não Aplica
Investimentos no Exterior	Não Aplica
Imóveis	Não Aplica
Operações com Participantes	Não Aplica



Gestão Administrativa

Gestão Administrativa

Despesas Administrativas

O Plano de Gestão Administrativa – PGA trata-se de um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento. Em 2017 foram gastos com despesas administrativas o montante de R\$ 3.989.877,88, sendo: R\$ 3.953.707,91 do Plano BD e R\$ 36.169,97 do Plano CD, assim segregados conforme demonstrativos abaixo:

Despesas com Pessoal

Descrição	Planos		Total	% Total de Despesas
	BD	CD		
Pessoal e Encargos	2.383.487,74	843,57	2.384.331,31	94,27%
Dirigentes	1.106.229,89	363,90	1.106.593,79	43,75%
Pessoal Próprio	1.249.033,75	468,87	1.249.502,62	49,40%
Estagiários	28.224,10	10,80	28.234,90	1,12%
Treinamentos/Congressos e Seminários	128.173,17	48,38	128.221,55	5,07%
Conselheiros	41.380,68	16,09	41.396,77	1,64%
Dirigentes	27.847,36	10,04	27.857,40	1,10%
Pessoal Próprio	58.945,13	22,25	58.967,38	2,33%
Viagens e Estadias	16.721,81	6,54	16.728,35	0,66%
Dirigentes	6.130,29	2,67	6.132,96	0,24%
Pessoal Próprio	10.591,52	3,87	10.595,39	0,42%
Total	2.528.382,72	898,49	2.529.281,21	100,00%

Despesas com Serviços de Terceiros

R\$

Descrição	Planos		Total	% Total de Despesas
	BD	CD		
Pessoa Física	27.547,80	-	27.547,80	3,23%
Consultoria Jurídica	27.547,80	0,00	27.547,80	3,23%
Pessoa Jurídica	801.128,94	24.310,21	825.439,15	96,77%
Consultoria Atuarial	116.954,13	15.905,19	132.859,32	15,58%
Consultoria dos Investimentos	116.402,20	38,97	116.441,17	13,65%
Consultoria Jurídica	142.728,79	2,52	142.731,31	16,73%
Informática	193.476,04	8.290,28	201.766,32	23,65%
Consultoria - Controles Internos	30.355,90	4,60	30.360,50	3,56%
Auditoria Contábil	30.088,19	3,31	30.091,50	3,53%
Outras	171.123,69	65,34	171.189,03	20,07%
Manut.de Bens Ativo Imobilizado	4.835,45	2,05	4.837,50	0,57%
Gráficos	1.728,28	0,52	1.728,80	0,20%
Limpeza	42.803,62	15,31	42.818,93	5,02%
Vigilância	97.428,39	34,10	97.462,49	11,43%
Manut./Conservação Sede	23.098,01	13,30	23.111,31	2,71%
Outros Serviços	1.229,94	0,06	1.230,00	0,14%
Total	828.676,74	24.310,21	852.986,95	100,00%

Despesas Gerais e Outras

R\$

Descrição	Planos		Total	% Total de Despesas
	BD	CD		
Despesas Gerais	255.739,67	295,18	256.034,85	42,14%
Energia Elétrica e Telefone	50.379,49	17,58	50.397,07	8,29%
Material de Consumo	46.555,75	18,50	46.574,25	7,67%
Diversas	158.804,43	259,10	159.063,53	26,18%
Custas Judiciais	2.392,07	0,00	2.392,07	0,39%
Postais	3.158,43	148,58	3.307,01	0,54%
Associações e Entidades	22.881,06	7,94	22.889,00	3,77%
Aluguel Imóvel Uso Próprio	117.538,13	41,41	117.579,54	19,35%
Outras	12.834,74	61,17	12.895,91	2,12%
Depreciações e Amortizações	47.497,55	8.504,98	56.002,53	9,22%
Depreciações	47.497,55	16,06	47.513,61	7,82%
Amortizações	0,00	8.488,92	8.488,92	1,40%
Tributos	292.699,69	2.160,80	294.860,49	48,53%
Pis/Cofins	226.504,05	2.085,46	228.589,51	37,62%
Tafic	59.979,17	65,83	60.045,00	9,88%
IPTU/Outras	6.216,47	9,51	6.225,98	1,02%
Outras Despesas	711,54	0,31	711,85	0,12%
Eventuais	711,54	0,31	711,85	0,12%
Total	596.648,45	10.961,27	607.609,72	100,00%



**Relatório de
Participação nas
Assembleias Gerais de
Acionistas - 2017**

Relatório de Participação nas Assembleias Gerais de Acionistas - 2017

Este relatório visa demonstrar aos participantes as assembleias gerais realizadas no exercício de 2017, pelo Banco do Estado de Sergipe S/A, companhia na qual o Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS detém participação, conforme disposto na Resolução CGPC nº 23/2006 e alterações posteriores.

O SERGUS tem assento nas assembleias como acionista minoritário.

AGO de 03/04/2017

I. Pauta da Assembleia

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2016;
2. Ratificar a distribuição aos acionistas de Juros sobre Capital Próprio e sua imputação aos dividendos mínimos obrigatórios, aprovada pelo Conselho de Administração, referente ao ano de 2016;
3. Ratificar a distribuição aos acionistas de Dividendos Mínimos Obrigatórios, propostos pelos órgãos de administração, relativos ao exercício de 2016;
4. Deliberar a distribuição aos acionistas de Dividendos Adicionais, propostas pelos órgãos da administração, excedente ao mínimo obrigatório, referente ao lucro líquido do exercício de 2016;
5. Deliberar sobre a proposta de constituição de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pelo Conselho de Administração, referente ao saldo remanescente do Lucro Líquido de 2016;
6. Ratificar o pagamento de participação nos lucros aos administradores, nos termos do art. 152, da Lei nº. 6.404/1976, considerando o resultado de 2016;
7. Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
8. Eleger os membros do Conselho Fiscal com os respectivos suplentes, nos termos dos artigos 161, da Lei nº 6.404/1976.

II. Deliberações

1. Aprovados, por unanimidade, sem ressalvas, com abstenção dos legalmente impedidos, o item 1.
2. Ratificadas, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, o item 2.
3. Referendada, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, o item 3.
4. Rejeitada, por maioria, com abstenção dos legalmente impedidos, o item 4. Neste contexto, o Acionista Majoritário submeteu à Assembleia que a Distribuição de Dividendos Adicionais, referente ao lucro líquido de 2016, fosse nos seguintes termos: Pagar, em 11 de abril de 2017, Dividendos Adicionais no montante de R\$8.407.598,63 (oito milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e noventa e oito reais e sessenta e três centavos), no valor bruto de R\$0,523859316 por ação para as ações ordinárias nominativas e R\$0,576245247 por ação para as ações preferenciais nominativas com base na posição acionária de 03 de abril de 2017, passando as ações, a partir de 04 de abril de 2017, a serem negociadas nas Bolsas de Valores “ex” esses dividendos. Em continuidade, o Acionista Majoritário também propôs à Assembleia a Distribuição de Dividendos Complementares à conta de Reserva Estatutária para equalização de dividendos constituídos em exercícios anteriores, nos seguintes termos: Pagar, em 18 de abril de 2017, Dividendos Complementares no montante de R\$17.039.343,51 (dezessete milhões, trinta e nove mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos), no valor bruto de R\$ 1,061684701 por ação para as ações ordinárias nominativas e R\$ 1,167853171 por ação para as ações preferenciais nominativas com base na posição acionária de 06 de abril de 2017, passando as ações, a partir de 07 de abril de 2017, a serem negociadas nas Bolsas de Valores “ex” esses dividendos. Após votação, foram aprovadas, por unanimidade, ambas as propostas.
5. Neste ponto, como decorrência da deliberação do item anterior, foi rejeitada a proposta de constituição de Reserva Estatutária para Margem Operacional no valor de R\$ 43.398 mil. O Acionista Majoritário propôs à Assembleia a constituição de Reserva Estatutária para Margem Operacional, referente ao saldo remanescente do Lucro Líquido de 2016, no valor de R\$ 38.102 mil para Margem Operacional, com a finalidade de garantir sua

manutenção compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, notadamente em função da expansão prevista para a carteira de crédito e o que preceitua o planejamento de capital, limitada a até 80% do capital social. Após votação, foi aprovada, por unanimidade a proposta apresentada.

6. Ratificadas, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedido, utilizando o valor equivalente a 12 moedas (unidade básica do Programa de Participação nos Resultados do Banese) semestrais, para cada Administrador, não permitida a cumulatividade. O valor unitário da moeda corresponde ao que foi apurado no Programa de Participação nos Resultados - PPR Banese, destinado a todos os funcionários do Banco.

7. Aprovado, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, o reajuste de 8% (oito por cento) na remuneração atual dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, de forma retroativa a janeiro do ano de 2017, correspondente ao mesmo percentual de reajuste salarial concedido aos empregados.

8. Foram reeleitos, pelo acionista controlador, para o provimento dos assentos que lhe são assegurados no Conselho Fiscal do Banese, como titular o Senhor **RICARDO OLIVEIRA LACERDA DE MELO** e como seu suplente, a Senhora **ELIANA DE MATOS**; como titular a Senhora **ANA CRISTINA DE CARVALHO PRADO DIAS**, sem indicação de suplente. Na qualidade de representante dos acionistas minoritários, portadores de ações ordinárias nominativas, foram reeleitos para compor o Conselho Fiscal, com 83 votos, como titular, o Senhor **MOACIR JOAQUIM DE SANTANA JÚNIOR** e como seu suplente, o Senhor **RICARDO DE OLIVEIRA NUNES**. Ato contínuo, na qualidade de representante dos acionistas portadores de ações preferenciais nominativas, também foi eleito para compor o Conselho Fiscal, com 28 votos dos presentes a Assembleia, como titular, o Senhor **JOSÉ MORAIS MONTEIRO**, sem indicação de suplente. Todos os membros eleitos para o Conselho Fiscal, titulares e suplentes, preenchem as condições previstas na Resolução 4.122/2012, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, e terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2018. Neste ponto, o Acionista Majoritário, considerando a vacância de um cargo a ser ocupado por conselheiro titular e dois a serem ocupados por membros suplentes, todos membros do conselho fiscal, informou que posteriormente, em uma nova Assembleia Geral, serão indicados os nomes para compor as referidas vagas, solicitando a adoção das medidas necessárias para o preenchimento da vaga do membro suplente do **Sr. José Morais Monteiro**.

AGE de 17/04/2017

I. Pauta da Assembleia

1. Eleição de membros do Conselho de Administração.

II. Deliberação

1. Foram eleitos, por unanimidade dos presentes, como membros do Conselho de Administração, na condição de indicados pelo Acionista Majoritário, o Sr. **MARCOS VENÍCIUS NASCIMENTO** e o Sr. **GUILHERME MAIA REBOUÇAS**. Em continuidade, na qualidade de representante dos empregados no Conselho de Administração, nos termos do inciso IV e § 4º do art. 16 do Estatuto Social do BANESE, foi eleito o Sr. **ANTONIO JOSÉ DE GOIS**. Na oportunidade, no tocante ao último eleito, o Presidente da Assembleia frisou que sua eleição está sub judice, vez que depende da decisão final do processo nº 0800356-98.2017.4.05.8500 – 3ª Vara Federal - SE, movido pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Sergipe em face do Banco do Estado de Sergipe S/A e do Banco Central do Brasil, objetivando a nomeação do candidato Edson Moreira Menezes, cujo nome foi indeferido pelo órgão regulador. Ato contínuo, foi ressaltado que todos os membros eleitos para compor o Conselho de Administração preenchem as condições previstas na Resolução 4.122/2012, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, e terão mandato complementar até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária do ano de 2018. Neste ponto, o Representante do Acionista Majoritário, considerando a vacância de três cargos no Conselho de Administração, informou que posteriormente, em uma nova Assembleia Geral, serão indicados os novos nomes para compor as referidas vagas.

AGE de 19/06/2017**I. Pauta da Assembleia****1. Eleição de membros do Conselho de Administração.****II. Deliberação**

1. Foi eleito, por unanimidade dos presentes, como membro do Conselho de Administração, indicado pelo Acionista Majoritário na qualidade de membro independente (Art. 16, inciso V e § 8º do Estatuto Social do Banco), o Sr. **JOSÉ AUGUSTO CHAVES RESENDE**. Ato contínuo, foi ressaltado que o membro eleito para compor o Conselho de Administração preenche as condições previstas na Resolução 4.122/2012, emitida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e declara ciência acerca dos requisitos e impedimentos estabelecidos nas Leis Federais nos 13.303/2016 e 6.404/1976, e terá mandato complementar até a posse do que for eleito na Assembleia Geral Ordinária do ano de 2018. Neste ponto, o Representante do Acionista Majoritário, considerando a vacância de dois cargos no Conselho de Administração, informou que posteriormente, em uma nova Assembleia Geral, serão indicados os novos nomes para compor as referidas vagas.





Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, elaboradas em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras, foram auditadas pela PHF Auditores Independentes S/S. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Deliberativo em reuniões realizadas em 26 e 27 de março de 2018, após emissão de parecer favorável do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho Deliberativo, não havendo apontamentos nem recomendações dos respectivos órgãos estatutários.

Balanço Patrimonial Em 31 de Dezembro de 2017

R\$ mil

Ativo	Exercício 2017	Exercício 2016	Passivo	Exercício 2017	Exercício 2016
Disponível	9	2	Exigível Operacional	5.610	1.062
			Gestão Previdencial	4.750	322
			Gestão Administrativa	814	528
			Investimentos	46	212
Realizável	743.770	685.344	Exigível Contingencial	357	20.390
Gestão Previdencial	1.288	1.277	Gestão Previdencial	351	20.385
Gestão Administrativa	24	21	Gestão Administrativa	6	5
Investimentos	742.458	684.046	Patrimônio Social	737.964	664.097
Títulos Públicos	366.688	302.430	Patrimônio de Cobertura do Plano	733.839	661.164
Créditos Privados e Depósitos	93.190	81.599	Provisões Matemáticas	781.383	749.069
Ações	15.665	7.364	Benefícios Concedidos	397.862	382.304
Fundos de Investimento	225.134	255.304	Benefícios a Conceder	384.690	368.469
Investimentos Imobiliários	32.792	29.508	(-) Prov. Matemáticas a Constituir	(1.169)	(1.704)
Empréstimos e Financiamentos	8.989	7.841	Equilíbrio Técnico	(47.544)	(87.905)
Permanente	152	203	Resultados Realizados	(47.544)	(87.905)
Imobilizado	118	161	(-) Déficit Técnico Acumulado	(47.544)	(87.905)
Diferido	34	42	Fundos	4.125	2.933
			Fundos Previdências	1	0
			Fundos Administrativos	3.065	2.068
			Fundos dos Investimentos	1.059	865
Total do Ativo	743.931	685.549	Total do Passivo	743.931	685.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

59

Em 31 de Dezembro de 2017

R\$ mil

Descri�o	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
A) Patrimônio Social – in�cio do exercício	664.097	596.521	11,33
1. Adi�es	113.699	101.764	11,73
(+) Contribui�es Previdenciais	19.657	17.404	12,95
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	77.277	79.402	(2,68)
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	11.577	0	100,00
(+) Receitas Administrativas	4.812	4.574	5,20
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	182	164	10,98
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento	194	220	(11,82)
2. Destina�es	(39.832)	(34.188)	16,51
(-) Benefícios	(35.835)	(28.533)	25,59
(-) Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	0	(1.724)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(3.997)	(3.931)	1,68
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	73.867	67.576	9,31
(+/-) Provisões Matemáticas	32.314	24.159	33,76
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	40.361	42.390	(4,79)
(+/-) Fundos Previdenciais	1	0	100,00
(+/-) Fundos Administrativos	997	806	23,70
(+/-) Fundos dos Investimentos	194	221	(12,22)
4. Opera�es Transitórias	0	0	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)	737.964	664.097	11,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - Plano SERGUS BD

Em 31 de Dezembro de 2017

R\$ mil

Descri�o	Exercício 2017	Exercício 2016	Variacão (%)
A) Ativo Líquido – in�cio do exercício	661.164	594.615	11,19
1. Adi�es	111.142	99.877	11,28
(+) Contribui�es	22.309	20.475	8,96
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	77.256	79.402	(2,70)
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	11.577	0	100,00
2. Destina�es	(39.061)	(33.328)	17,20
(-) Benefícios	(35.833)	(28.533)	25,58
(-) Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	0	(1.724)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(3.228)	(3.071)	5,11
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	72.081	66.549	8,31
(+/-) Provisões Matemáticas	31.720	24.159	31,30
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	40.361	42.390	(4,79)
4. Opera�es Transitórias	0	0	-
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	733.245	661.164	10,90
C) Fundos não previdenciais	4.122	2.933	40,54
(+/-) Fundos Administrativos	3.063	2.068	48,11
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.059	865	22,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO SERGUS CD
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido – início do exercício	0	0	-
1. Adições	647	0	100,00
(+) Contribuições	626	0	100,00
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	21	0	100,00
2. Destinações	(52)	0	100,00
(-) Benefícios	(2)	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	(50)	0	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	595	0	100,00
(+/-) Provisões Matemáticas	594	0	100,00
(+/-) Fundos Previdenciais	1	0	100,00
4. Operações Transitórias	0	0	100,00
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	595	0	100,00
C) Fundos não previdenciais	2	0	100,00
(+/-) Fundos Administrativos	2	0	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Ativo Líquido - Plano SERGUS BD

Em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Varição (%)
1. Ativos	742.717	685.412	8,36
Disponível	9	1	800,00
Recebível	4.316	3.356	28,61
Investimento	738.392	682.055	8,26
Títulos Públicos	366.688	302.430	21,25
Créditos Privados e Depósitos	93.190	81.599	14,20
Ações	15.665	7.364	112,72
Fundos de Investimento	221.068	253.313	(12,73)
Investimentos Imobiliários	32.792	29.508	11,13
Empréstimos e Financiamentos	8.989	7.841	14,64
2. Obrigações	5.350	21.315	(74,90)
Operacional	4.999	930	437,53
Contingencial	351	20.385	(98,28)
3. Fundos não Previdenciais	4.122	2.933	40,54
Fundos Administrativos	3.063	2.068	48,11
Fundos dos Investimentos	1.059	865	22,43
4. Resultados a Realizar	0	0	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	733.245	661.164	10,90
Provisões Matemáticas	780.789	749.069	4,23
Superávit/Déficit Técnico	(47.544)	(87.905)	(45,91)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(47.544)	(87.905)	(45,91)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	47.322	45.176	4,75
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(222)	(42.729)	(99,48)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO SERGUS CD
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1.Ativos	615	0	100,00
Recebível	44	0	100,00
Investimento	571	0	100,00
Fundos de Investimento	571	0	100,00
2.Obrigações	18	0	100,00
Operacional	18	0	100,00
3.Fundos não Previdenciais	2	0	100,00
Fundos Administrativos	2	0	100,00
4.Resultados a Realizar	0	0	100,00
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	595	0	100,00
Provisões Matemáticas	594	0	100,00
Fundos Previdenciais	1	0	100,00
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	0	0	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	0	0	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	0	0	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.068	1.262	63,87
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.994	4.737	5,43
1.1 Receitas	4.994	4.737	5,43
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.278	3.071	6,74
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.344	1.450	(7,31)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	56	52	7,69
Receitas Diretas	134	0	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	182	164	10,98
2. Despesas Administrativas	3.997	3.931	1,68
2.1 Administração Previdencial	2.541	2.428	4,65
Pessoal e encargos	1.432	1.332	7,51
Treinamentos/congressos e seminários	73	59	23,73
Viagens e estadias	12	11	9,09
Serviços de terceiros	555	507	9,47
Despesas gerais	166	136	22,06
Depreciações e amortizações	37	126	(70,63)
Tributos	266	256	3,91
Outras Despesas	0	1	(100,00)
2.2 Administração dos Investimentos	1.456	1.503	(3,13)
Pessoal e encargos	954	1.005	(5,07)
Treinamentos/congressos e seminários	55	42	30,95
Viagens e estadias	5	8	(37,50)
Serviços de terceiros	298	296	0,68
Despesas gerais	97	101	(3,96)
Depreciações e amortizações	18	22	(18,18)
Tributos	29	29	0,00
2.3 Administração Assistencial	0	0	-
2.4 Outras Despesas	0	0	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	0	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	0	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	0	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	997	806	23,70
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	997	806	23,70
8. Operações Transitórias	0	0	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.065	2.068	48,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Plano SERGUS BD

Em 31 de dezembro de 2017

R\$ mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.068	1.262	63,87
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.949	4.737	4,48
1.1 Receitas	4.949	4.737	4,48
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.228	3.071	5,11
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.343	1.450	(7,38)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	56	52	7,69
Receitas Diretas	134	0	100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	188	164	14,63
2. Despesas Administrativas	3.954	3.931	0,59
2.1 Administração Previdencial	2.499	2.428	2,92
2.1.1 Despesas Comuns	0	0	-
2.1.2 Despesas Específicas	2.499	2.428	2,92
Pessoal e encargos	1.431	1.332	7,43
Treinamentos/congressos e seminários	73	59	23,73
Viagens e estadias	12	11	9,09
Serviços de terceiros	531	507	4,73
Despesas gerais	159	136	16,91
Depreciações e amortizações	29	126	(76,98)
Tributos	264	256	3,13
Outras Despesas	0	1	(100,00)
2.2 Administração dos Investimentos	1.455	1.503	(3,19)
2.2.1 Despesas Comuns	0	0	0,00
2.2.2 Despesas Específicas	1.455	1.503	(3,19)
Pessoal e encargos	953	1.005	(5,17)
Treinamentos/congressos e seminários	55	42	30,95
Viagens e estadias	5	8	(37,50)
Serviços de terceiros	298	296	0,68
Despesas gerais	97	101	(3,96)
Depreciações e amortizações	18	22	(18,18)
Tributos	29	29	0,00
2.3 Outras Despesas	0	0	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	0	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	0	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	0	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	995	806	23,45
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	995	806	23,45
8. Operações Transitórias	0	0	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.063	2.068	48,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO SERGUS CD
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

R\$ mil

Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	0	0	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	51	0	100,00
1.1 Receitas	51	0	100,00
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	50	0	100,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	1	0	100,00
2. Despesas Administrativas	43	0	100,00
2.1 Administração Previdencial	42	0	100,00
2.1.1 Despesas Comuns	0	0	-
2.1.2 Despesas Específicas	42	0	100,00
Pessoal e encargos	1	0	100,00
Serviços de terceiros	24	0	100,00
Despesas gerais	7	0	100,00
Depreciações e amortizações	8	0	100,00
Tributos	2	0	100,00
2.2 Administração dos Investimentos	1	0	100,00
2.2.1 Despesas Comuns	0	0	-
2.2.2 Despesas Específicas	1	0	100,00
Pessoal e encargos	1	0	100,00
2.3 Outras Despesas	0	0	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	0	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	0	0	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	6	0	100,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	2	0	100,00
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	2	0	100,00
8. Operações Transitórias	0	0	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	2	0	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO SERGUS BD
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	R\$ mil		
Descrição	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	739.654	683.344	8,24
1. Provisões Matemáticas	780.789	749.069	4,23
1.1 Benefícios Concedidos	397.862	382.304	4,07
Benefício Definido	397.862	382.304	4,07
1.2 Benefício a Conceder	384.096	368.469	4,24
Benefício Definido	384.096	368.469	4,24
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.169)	(1.704)	(31,40)
(-) Déficit Equacionado	(1.169)	(1.704)	(31,40)
(-) Patrocinador(es)	(435)	(655)	(33,59)
(-) Participantes	(374)	(534)	(29,96)
(-) Assistidos	(360)	(515)	(30,10)
2. Equilíbrio Técnico	(47.544)	(87.905)	(45,91)
2.1 Resultados Realizados	(47.544)	(87.905)	(45,91)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(47.544)	(87.905)	(45,91)
2.2 Resultados a Realizar	0	0	-
3. Fundos	1.059	865	22,43
3.1 Fundos Previdenciais	0	0	-
3.2 Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	1.059	865	22,43
4. Exigível Operacional	4.999	930	437,53
4.1 Gestão Previdencial	4.897	601	714,81
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	102	329	(69,00)
5. Exigível Contingencial	351	20.385	(98,28)
5.1 Gestão Previdencial	351	20.385	(98,28)
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	0	0	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO SERGUS CD
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	613	0	100,00
1. Provisões Matemáticas	594	0	100,00
1.1 Benefícios Concedidos	0	0	-
1.2 Benefício a Conceder	594	0	100,00
Contribuição Definida	594	0	100,00
Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	294	0	100,00
Saldo de contas – parcela participantes	300	0	100,00
2. Equilíbrio Técnico	0	0	-
2.1 Resultados Realizados	0	0	-
2.2 Resultados a Realizar	0	0	-
3. Fundos	1	0	100,00
3.1 Fundos Previdenciais	1	0	100,00
3.2 Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	0	0	-
4. Exigível Operacional	18	0	100,00
4.1 Gestão Previdencial	18	0	100,00
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	0	0	-
5. Exigível Contingencial	0	0	-
5.1 Gestão Previdencial	0	0	-
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	0	0	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional

O Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, constituída sob a forma de sociedade civil e, tendo como finalidade a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social, patrocinados isolada, ou conjuntamente, por empresas integrantes dos planos, conforme definido em legislação específica, no Estatuto e nos Regulamentos.

A Entidade foi fundada em 13 de junho de 1980, com a aprovação do seu estatuto pela Portaria Ministerial MPAS nº 2.162, tendo como patrocinadora principal o Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE, e conveniadas a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese - CASSE, BANESE Administradora e Corretora de Seguros Ltda e o próprio Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS. Administra 02 (dois) Planos de Benefícios denominados Plano SERGUS BD e Plano SERGUS CD. O primeiro estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), Cadastro Nacional de Plano de Benefícios - CNPB nº 1980.0010-65, com a seguinte composição em 31.12.2017: 651 participantes ativos, 566 assistidos e 218 cancelados sem resgate, totalizando 1.435 participantes. O segundo estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), Cadastro Nacional de Plano de Benefícios - CNPB nº 2016.0018-11, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC através da Portaria nº 522, de 04.11.2016, publicada em 07.11.2016. O início do seu funcionamento se deu a partir do mês de janeiro/2017, com o recebimento das primeiras contribuições. No final de 2017, o plano contou com 62 participantes, sendo: 59 ativos e 3 cancelados sem resgate.

Os recursos que a Entidade dispõe para administrar os Planos de Benefícios são provenientes de contribuições das patrocinadoras, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos no mercado financeiro. As aplicações obedecem ao disposto na Política de Investimentos dos Planos e na legislação em vigor, especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24.09.2009, e alterações posteriores.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29/05/2001, relativas às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Fazenda - MF, que substituiu o Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154 publicada em 23.12.2009, que visa fiscalizar e supervisionar as atividades das entidades. Obedece também aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Receita Federal do Brasil - RFB e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram elaboradas de acordo com a padronização, critérios, normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Resolução MPS/CNPC Nº 8, de 31.10.2011, em vigor a partir 16.12.2011 e alterações posteriores e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24.09.2009, em vigor a partir de 01.01.2010 e alterações posteriores. Os citados normativos são estabelecidos através do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Os demonstrativos contábeis exigidos pela legislação em vigor são:

a) Balanço Patrimonial (BP)

Evidencia de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de gestão administrativa e de benefícios previdenciários administrados pelo SERGUS, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)**
Evidencia de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social ao final de cada exercício.
- c) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios (DMAL)**
Evidencia de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido dos planos de benefícios ao final de cada exercício.
- d) Demonstração do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios (DAL)**
Evidencia de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios e apresenta a apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, ao final de cada exercício.
- e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)**
Evidencia de forma consolidada e por plano de benefícios a atividade administrativa da entidade, demonstrando as alterações do fundo administrativo ao final de cada exercício.
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)**
Evidencia de forma individualizada a composição de todo Passivo dos planos de benefícios considerados como Provisões Técnicas ao final de cada exercício.

3. Principais Práticas Contábeis

A Planificação Contábil Padrão ora praticada de conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 8/2011 e alterações posteriores, Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, objetiva atender aos aspectos patrimoniais dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados, além de controlar as migrações de recursos entre as diferentes Gestões e Planos. Também inclui os aspectos definidos pela Resolução CGPC nº 04, de 30.01.2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25.09.2006, a Resolução CGPC nº 15, de 23.08.2005 e a Resolução CGPC nº 23, de 06.12.2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC Nº 02, de 03.03.2011.

Quanto aos critérios e limites para custeio das despesas administrativas, a Entidade obedeceu às regras definidas na Resolução CGPC nº 29, de 31.08.2009.

Com referência aos procedimentos na apuração do resultado e no equacionamento de déficit, segue as regras estabelecidas na Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008 e alterações posteriores.

3.1. Apresentação da Estrutura Contábil

- ✓ **SEGREGAÇÃO POR PLANOS**
A contabilidade é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos por ela administrados, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, de modo a produzir balancetes mensais distintos, além do consolidado.
O Plano de Gestão Administrativa – PGA é um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento.
- ✓ **SEGREGAÇÃO ENTRE GESTÕES**
A estrutura contábil está segregada em 4 (quatro) atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:



a) Gestão Previdencial

É o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados as contribuições (patronais, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados) e benefícios previdenciários. A contabilização dos eventos oriundos da Gestão Previdencial é efetuada totalmente segregada por plano de benefícios e registradas pelo regime de competência.

No Plano BD as contribuições patronais acima mencionadas são de importância financeira igual as dos participantes ativos que são calculadas com base no que preceitua o regulamento do plano de benefícios. No exercício de 2017, conforme Avaliação Atuarial, o custo total do plano de benefícios permaneceu em 26,90% dos Salários de Participação dos Participantes ativos, já considerando o custeio administrativo do plano, observado o disposto no art. 6º da Lei Complementar 108/2001.

As contribuições dos participantes assistidos representam 15% do valor do benefício conforme regulamento do plano.

No Plano CD as contribuições normais dos participantes ativos e autopatrocinados correspondem a percentuais definidos pelo participante de, no mínimo 4%, incidentes sobre o Salário de Contribuição, enquanto que as contribuições normais das Patrocinadoras, de igual valor a dos participantes ativos e autopatrocinados, limitada a 8% do Salário de Contribuição.

As contribuições voluntárias dos participantes ativos e autopatrocinados correspondem a valores facultativos e eventuais, livremente escolhido pelo participante, observado o limite mínimo previsto no Plano Anual de Custeio.

A contribuição Adicional de Risco corresponde a valor obrigatório e mensal equivalente a 15 vezes o Salário de Contribuição de cada participante multiplicado pela taxa de seguro, a qual varia de acordo com a idade.

A taxa de carregamento para o custeio administrativo corresponde a 8% das contribuições normais dos participantes e patrocinadores, e contribuições voluntárias dos participantes.

a.1. Provisões

a.1.1. Contribuições sobre 13º Salário

São constituídas mensalmente na base de 1/12 (um doze avos), a título de provisão de receitas de contribuições de participantes e patrocinadoras, sobre o 13º salário dos participantes ativos.

a.1.2. Benefícios e Contribuições sobre Abono Anual

São constituídas mensalmente na base de 1/12 (um doze avos) sobre os benefícios pagos, a título de provisão de despesas para pagamento do abono anual e, na mesma base, sobre as contribuições dos participantes assistidos, a título de provisão de receita de contribuição sobre o abono anual.

a.1.3. Contribuições sobre ISC – Índice de Salários Concentrados

São constituídas mensalmente na base de 1/6 (um sexto), a título de provisão de receitas de contribuições da patrocinadora Banese e participantes ativos e autopatrocinados, a ela vinculados, sobre a Gratificação Semestral (ISC).

a.2. Provisões Matemáticas

No Plano BD as provisões matemáticas ao longo do exercício de 2017 foram constituídas por meio de cálculos atuariais efetuados pela empresa de consultoria, Mirador Assessoria Atuarial Ltda, responsável pela elaboração da avaliação atuarial, que tomou por referência a base de dados correspondente à posição em 31.12.2017 e em observância as normas de atuária pertinentes, bem assim as características do regulamento do Plano. No Plano CD, tais provisões foram constituídas com base no fluxo das contribuições dos patrocinadores, participantes, despesas previdenciais e custeio administrativo, atualizadas com base na rentabilidade dos investimentos. Para fins de avaliação atuarial pela citada consultoria foi utilizado o cadastro de dados individuais dos participantes, com base e posicionamento em 31.12.2017.

b) Gestão Administrativa

É o ambiente contábil que mantém o registro dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas, bem como o ativo permanente, necessários à execução dos planos de benefícios administrados pelo SERGUS.

b.1. Ativo Permanente

Registra o valor contábil de direitos e bens imobilizados, representados pelo valor líquido, além de aplicações de recursos em despesas do PGA que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais estabelecidas em função do tempo de vida útil na aquisição.

No Diferido (Fomento) estão registrados os gastos com a instituição de novo plano de benefícios, cujo diferimento está condicionado à comprovação, por meio de estudo de viabilidade, da capacidade (potencial) do plano de benefícios de gerar receitas suficientes para cobrir suas respectivas despesas administrativas e à existência de recursos suficientes no Fundo Administrativo, sendo os gastos amortizados em até 60 (sessenta) meses contados a partir da data da aprovação do plano pela PREVIC.

c) Investimentos

Grupo de contas contábeis destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da Gestão Previdencial e da Gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas dentro de cada ambiente contábil, ou seja, recursos previdenciais na Gestão Previdencial e recursos administrativos na Gestão Administrativa.

c.1. Ativos de Renda Fixa e Renda Variável

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

- ✓ Títulos para negociação – Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado.
- ✓ Títulos mantidos até o vencimento – Exceto as ações não resgatáveis, os títulos e valores mobiliários, para os quais haja intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.



c.1.1. Ativos de Renda Fixa

São operações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas e pós-fixadas, praticadas no mercado financeiro, calculadas com base nas taxas pactuadas pelos gestores junto às instituições financeiras.

Para a avaliação dos ativos de renda fixa são observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os ativos com taxas pré-fixadas quando da sua aquisição, são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos, sendo evidenciado o ágio e o deságio e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério pró-rata temporis, em função do prazo decorrido.

Os ativos com taxas pós-fixadas quando da sua aquisição, são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos, sendo evidenciado o ágio e o deságio, a atualização do valor de emissão do ativo e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério pró-rata temporis, em função do prazo decorrido.

A apropriação do ágio, do deságio, dos rendimentos ou encargos mensais, é efetuada mediante a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples.

Os rendimentos ou os encargos são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", em razão do prazo decorrido, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.

No ajuste do valor do ativo ao valor de mercado, os acréscimos e decréscimos apurados em relação ao critério pró-rata temporis são registrados em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas".

c.1.2. Ativos de Renda Variável

As ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, e avaliadas pelo valor de mercado, observando-se a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", admitindo-se a compensação.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendos.

As vendas de ações no mercado à vista são registradas pelo valor líquido, abatendo-se do valor de venda as taxas e corretagens.

c.2. Fundos de Investimentos

As cotas de fundos de investimentos quando da sua aquisição são contabilizadas pelo valor efetivamente desembolsado, incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos, e são avaliadas observando-se a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", admitindo-se a compensação.

c.3. Investimentos Imobiliários

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis mediante celebração de contrato específico.

Os imóveis são registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação.

As avaliações imobiliárias são realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, através de emissão de laudo técnico em conformidade com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além de conter as informações mínimas no seu preenchimento.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Caso a reavaliação dos investimentos imobiliários seja realizada com periodicidade superior a um ano, deve-se contabilizar a depreciação mensalmente, em conta redutora analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida “Deduções/Variações Negativas”. Em caso de reavaliação anual, fica dispensado o registro da depreciação.

Para o registro da depreciação considera-se o valor da última avaliação, que é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente, constante do laudo de avaliação.

c.4. Operações com Participantes

Registra o valor do principal das operações de empréstimos simples concedidos aos participantes e estão acrescidas dos rendimentos financeiros pactuados em contrato, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados na conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas”, pelo regime de competência.

d) Gestão Assistencial

É o ambiente contábil destinado ao registro contábil dos fatos relativos aos planos de benefícios de assistência à saúde, registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Não aplicável ao SERGUS.

✓ SEGREGAÇÃO DE FUNDO ADMINISTRATIVO POR PLANOS

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 8/2011, a contabilização dos eventos administrativos estão sendo efetuadas em ambiente contábil específico, denominado Plano de Gestão Administrativa – PGA, cujo patrimônio que compõe o Fundo Administrativo está segregado por plano de benefícios, ou seja, o PGA é executado de forma consolidada e também, de forma segregada por plano de benefícios, dentro do próprio PGA. Ao final de cada mês, a parcela equivalente à participação de cada plano de benefícios no Fundo Administrativo é registrada nos respectivos planos nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, sem causar qualquer efeito no resultado da atividade previdencial. Uma vez que o Fundo Administrativo é demonstrado no PGA, bem como, em cada plano de benefícios, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, o efeito desse fundo é anulado, permanecendo apenas o saldo no PGA.



4. Realizável – Gestão Previdencial E Administrativa

	R\$ mil	
Descrição	2017	2016
Gestão Previdencial	1.288	1.277
Recursos a Receber	1.189	1.112
Contribuições do mês	8	13
Assistidos	0	0
Autopatrocinados	8	13
Contribuições em atraso	1	1
Autopatrocinados	1	1
Outros Recursos a Receber	1.180	1.098
Contribuições ISC – Índice Salário Concentrado	1.180	1.098
Adiantamentos	0	68
Adiantamentos de Benefícios	0	68
Depósitos Judiciais/Recursais	99	97
Processos Judiciais	99	97
Gestão Administrativa	24	21
Contas a Receber	22	18
Responsabilidade de Empregados	3	2
Responsabilidade de Terceiros	19	16
Despesas Antecipadas	2	3
Outras Despesas Antecipadas	2	3
Tributos a Compensar	0	0
Incidentes s/Atividade Fim da Entidade	0	0

O montante de R\$ 1.288 mil, registrado em 2017 no Realizável – Gestão Previdencial, representa o valor líquido dos direitos a receber a título de contribuições do mês, contribuições em atraso e provisão de contribuições sobre gratificação semestral, após deduzir R\$ 7 mil da rubrica “Outros Recursos a Receber”, relativo às contribuições a receber do PGA, provisionadas sobre a gratificação semestral dos dirigentes da entidade cedidos pela patrocinadora Banese. Em 2016, a redução foi de R\$ 8 mil, correspondentes à contribuição sobre a gratificação semestral e ressarcimento de recurso do PGA ao plano de benefícios, oriundo de transferência efetuada indevidamente. As deduções citadas são para fins de ajustes e eliminações de direitos e obrigações entre os planos da consolidação das demonstrações contábeis.

A rubrica Depósitos Judiciais/Recursais, está representada por depósitos efetuados pelo Plano BD a favor de participantes demandantes de ações de abono de aposentadoria, expurgo inflacionário (reserva de poupança), multa ação rescisória e honorários advocatícios/periciais, com posição na data do balanço em R\$ 99 mil (2017) e R\$ 97 mil (2016).

O montante de R\$ 24 mil, registrado em 2017 no Realizável – Gestão Administrativa representa o valor líquido após deduzir R\$ 224 mil da rubrica “Contas a Receber”, correspondentes ao Custeio Administrativo da Gestão Previdencial de R\$ 165 mil (Plano BD R\$ 162 mil e Plano CD R\$ 3 mil) e ao Custeio Administrativo dos Investimentos de R\$ 59 mil (Plano BD), para fins de ajustes e eliminações de direitos e obrigações entre os planos na consolidação das demonstrações contábeis. Em 2016, a redução foi de R\$ 398 mil (Plano BD), sendo R\$ 280 mil do Custeio Administrativo da Gestão Previdencial e R\$ 118 mil do Custeio Administrativo dos Investimentos.

5. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

✓ Plano SERGUS BD

R\$ mil

Descrição	2017	2016
Títulos Públicos	366.688	302.430
Títulos Públicos Federais	366.688	302.430
Créditos Privados e Depósitos	93.190	81.599
Instituições Financeiras (LFS)	28.516	23.054
Patrocinador (es) (LFS)	64.674	58.545
Ações	15.665	7.364
Patrocinador (es)	15.665	7.364
Fundos de Investimentos	221.068	253.313
Renda Fixa	147	1.428
Ações	25.192	11.966
Multimercado	195.729	239.919
Investimentos Imobiliários	32.792	29.508
Aluguéis e Renda	25.962	29.508
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	6.830	0
Empréstimos e Financiamentos	8.989	7.841
Empréstimos	8.989	7.841
Total do Realizável dos Investimentos	738.392	682.055

✓ Plano SERGUS CD

R\$ mil

Descrição	2017	2016
Fundos de Investimentos	571	0
Renda Fixa	571	0
Total do Realizável dos Investimentos	571	0

✓ Plano de Gestão Administrativa - PGA

R\$ mil

Descrição	2017	2016
Fundos de Investimentos	3.495	1.991
Renda Fixa	3.495	1.991
Total do Realizável dos Investimentos	3.495	1.991
Total Consolidado do Realizável dos Investimentos	742.458	684.046

a.1. Ativos de Crédito

O Plano SERGUS BD tem na sua carteira de gestão terceirizada os seguintes ativos de crédito classificados com notas abaixo do grau de investimento: (a) debêntures da PDG Realty S.A, do fundo BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP de condomínio fechado, rating do emissor brD pela S&P. Esse ativo no momento da compra possuía grau de investimento, mas no decorrer do período de alocação ocorreu o rebaixamento. Em razão do não pagamento pela Companhia PDG Realty S.A., da amortização de juros e principal da debênture detida pelo Fundo, que estava programada para o dia 15/12/2016, e com o intuito de adequar a marcação da referida debênture à realidade da situação financeira da Companhia, houve remarcação desse papel, durante o exercício de 2017. Ainda com base em estudos, foram realizadas provisões de devedores duvidosos proporcionais a 88% do montante integral do crédito quirografário, pelo Itaú Unibanco S.A., responsável pelo serviço de controladoria do Fundo. (b) CRI da SECURITIZADORA CREDITOS IMOBILIARIOS S.A., do fundo Gap Poxim - rating do produto C pela LF Rating. O emissor no momento da compra possuía grau de investimento, mas no decorrer do período ocorreu o rebaixamento. Em virtude dos recentes eventos de recuperação judicial da companhia emissora e a execução das garantias, o administrador do fundo decidiu por congelar o saldo devedor do ativo em 03.02.2017, e o tirou da composição dos ativos do fundo, provisionando-o em contas a receber.

b) Categorias dos Títulos

b.1. Títulos para negociação

✓ Plano SERGUS BD

R\$ mil

Descrição		2017			2016			
Natureza	Venc.	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Venc.	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ações		2.888	15.665	15.665		2.888	7.364	7.364
Patrocinador(es)		2.888	15.665	15.665		2.888	7.364	7.364
Banco do Estado de Sergipe S/A (1)	-	2.888	15.665	15.665	-	2.888	7.364	7.364
Fundos de Investimentos (2)		175.735	221.068	221.068		190.629	253.313	253.313
Renda Fixa		913	147	147		2.913	1.428	1.428
FI RF – BTG Pactual Emissões Primárias II	-	913	147	147	-	913	778	778
FIDC – Sul Invest Multisetorial	-	0	0	0	-	2.000	650	650
Ações		19.241	25.192	25.192		8.941	11.966	11.966
FIA – Studio FIC	-	10.241	16.065	16.065	-	8.941	11.966	11.966
FIA – Icatu Vanguarda Dividendos	-	3.000	3.111	3.111	-	0	0	0
FIA – Kondor Equities Institucional	-	3.000	2.983	2.983	-	0	0	0
FIA – Oceana Selection FIC	-	3.000	3.033	3.033	-	0	0	0
Multimercado		155.581	195.729	195.729		178.775	239.919	239.919
FIM Exclusivo – Bozano Acaju Previdenciário	-	57.965	60.930	60.930	-	71.717	80.842	80.842
FIM Exclusivo – Fator Pirambu	-	44.053	55.836	55.836	-	47.229	70.648	70.648
FIM Exclusivo – Novero Poxim (3)	-	38.648	58.366	58.366	-	43.454	64.301	64.301
FIM Estruturado – Oceana Long Short	-	4.915	10.438	10.438	-	4.915	9.339	9.339
FIM Estruturado – SulAmérica Endurance	-	10.000	10.159	10.159	-	0	0	0
FIM Estruturado – Brasil Plural Equity Hedge 30 FIC FIM	-	0	0	0	-	5.000	6.461	6.461
FIM Institucional – Brasil Plural Institucional 15 FIC FIM	-	0	0	0	-	6.460	8.328	8.328
Total - Títulos p/ Negociação		178.623	236.733	236.733		193.517	260.677	260.677

(1) O valor de mercado das ações é obtido através do preço de fechamento do último pregão divulgado pela BM&FBovespa.

(2) O valor de mercado das cotas é obtido diretamente com os administradores dos fundos.

(3) O FIM Exclusivo -- Novero Poxim possui em sua carteira de renda fixa o título Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), cujas premissas utilizadas para avaliação desse ativo considerado ilíquido de acordo com manual de marcação a mercado do administrador, são determinadas pela taxa de mercado usando o spread de crédito do último negócio registrado. Na inexistência de dados suporte para avaliação a mercado desse ativo, o título será precificado de acordo com a curva do papel.

✓ **Plano SERGUS CD**

R\$ mil

Descrição	2017			2016			
	Natureza	Custo Venc. histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Venc. histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
Fundos de Investimento (1)		553	571	571	0	0	0
Renda Fixa		553	571	571	0	0	0
FI RF – Itaú Inst. Referenciado DI	-	553	571	571	-	0	0
Total - Títulos p/ Negociação		553	571	571	0	0	0

(1) O valor de mercado das cotas é obtido diretamente com os administradores dos fundos.

✓ **Plano de Gestão Administrativa - PGA**

R\$ mil

Descrição	2017			2016			
	Natureza	Custo Venc. histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo Venc. histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
Fundos de Investimento (1)		3.422	3.495	3.495	1.925	1.991	1.991
Renda Fixa		3.422	3.495	3.495	1.925	1.991	1.991
FI RF – Bozano Rendimento	-	3.422	3.495	3.495	-	1.925	1.991
Total - Títulos p/ Negociação		3.422	3.495	3.495	1.925	1.991	1.991

(1) O valor de mercado das cotas é obtido diretamente com os administradores dos fundos.

b.2. Títulos mantidos até o vencimento

✓ Plano SERGUS BD

R\$ mil

Descrição	2017				2016				
	Natureza	Venc.	Custo histórico de aquisição (1)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Venc.	Custo histórico de aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos Públicos (2)			284.708	366.688	405.461		222.802	302.430	326.897
Títulos Públicos Federais			284.708	366.688	405.461		222.802	302.430	326.897
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-		0	0	0	15/05/2017	8.022	15.649	15.768
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2019		94.391	108.913	115.041	15/05/2019	94.391	105.159	107.646
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2021		19.868	20.521	21.743	15/05/2021	19.868	19.952	20.158
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2022		9.882	10.078	10.556	-	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2023		9.998	10.197	10.665	-	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2024		9.995	20.734	24.030	15/08/2024	9.995	19.962	22.364
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2026		9.985	10.154	10.544	-	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2030		10.075	14.856	16.204	15/08/2030	10.075	14.445	15.215
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2035		9.980	10.176	10.330	-	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2040		23.862	31.874	33.178	15/08/2040	23.862	31.054	31.264
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/05/2045		76.689	119.075	142.895	15/05/2045	56.589	96.209	114.482
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15/08/2050		9.983	10.110	10.275	-	0	0	0
Créditos Privados e Depósitos			66.128	93.190	93.189		63.128	81.599	82.552
Instituições Financeiras (3)			19.130	28.516	28.709		16.130	23.054	23.484
LF – Banco Original	02/08/2018		5.000	5.802	5.829	02/08/2018	5.000	5.229	5.283
LFS – Banco de Brasília S/A	29/04/2020		10.000	18.035	18.086	29/04/2020	10.000	16.457	16.683
LFS – Banco Itaú S/A	14/11/2022		377	500	539	14/11/2022	377	456	506
LFS – Banco Itaú S/A	14/11/2022		377	500	539	14/11/2022	377	456	506
LFS – Banco Itaú S/A	14/11/2022		376	500	539	14/11/2022	376	456	506
LFS – Banco Votorantim	17/04/2023		3.000	3.179	3.177	-	0	0	0
Patrocinador(es) (4)			46.998	64.674	64.480		46.998	58.545	59.068
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A	24/07/2023		9.400	12.934	12.896	24/07/2023	9.400	11.709	11.814
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A	24/07/2023		9.400	12.935	12.896	24/07/2023	9.400	11.709	11.814
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A	24/07/2023		9.400	12.935	12.896	24/07/2023	9.400	11.709	11.814
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A	24/07/2023		9.399	12.935	12.896	24/07/2023	9.399	11.709	11.813
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A	24/07/2023		9.399	12.935	12.896	24/07/2023	9.399	11.709	11.813
Total - Títulos Mantidos até o Vencimento			350.836	459.878	498.650		285.930	384.029	409.449

(1) Pela característica do papel, o custo histórico de aquisição espelha o valor de compra.

(2) O valor de mercado dos títulos públicos é obtido através da curva desses títulos corrigidos pelo IPCA, gerada a partir das taxas indicativas para NTN-B divulgadas diariamente pela ANBIMA, índice IPCA divulgado pelo IBGE e projeção de IPCA divulgado pela ANBIMA.

(3) A marcação a mercado é realizada descontando o valor futuro pela taxa de cupom de IPCA para o prazo da operação e o spread definido de acordo com as faixas de spreads em vigor.

(4) A marcação a mercado é realizada descontando o valor futuro pela taxa de cupom de INPC para o prazo da operação e o spread definido de acordo com as faixas de spreads em vigor.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos e valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria "TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO", de acordo com o exposto nos artigos 1º e 9º da Resolução CGPC nº 04/2002.



b.3. Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC Nº 26, de 29.09.2008, alterada pela Resolução nº 16, de 19.11.2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19, de 04.02.2015, o SERGUS estabeleceu como procedimento para cômputo do Equilíbrio Técnico Ajustado, no encerramento do exercício de 2017, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual de 4,99%, utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O valor positivo da precificação dos ativos de R\$ 47.322 mil contribuiu para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios SERGUS BD. Em 2016, a taxa de juros real anual foi também de 4,99% utilizada na avaliação atuarial e o valor positivo apurado da precificação dos ativos de R\$ 45.176 mil. Para fins de controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2017, segue abaixo as informações necessárias:

TÍTULOS OBJETO DO AJUSTE

R\$ mil

Natureza	2017						2016					
	Quant.	Venc.	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil (*) (A)	Valor Considerando Taxa de Juros Real (B)	Valor do Ajuste (B-A)	Quant.	Venc.	Custo Histórico de Aquisição	Valor Contábil (A)	Valor Considerando Taxa de Juros Real (B)	Valor do Ajuste (B-A)
Títulos Públicos Federais			284.708	366.670	413.992	47.322			222.802	302.415	347.591	45.176
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	0	0	0	0	5.300	15/05/2017	8.022	15.649	15.835	186
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	36.028	15/05/2019	94.391	108.908	111.665	2.757	36.028	15/05/2019	94.391	105.153	109.656	4.503
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	6.750	15/05/2021	19.868	20.524	21.275	751	6.750	15/05/2021	19.868	19.946	20.873	927
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.230	15/08/2022	9.882	10.077	10.423	346	-	-	0	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.314	15/05/2023	9.998	10.196	10.608	411	-	-	0	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	7.350	15/08/2024	9.995	20.731	24.055	3.324	7.350	15/08/2024	9.995	19.958	23.567	3.609
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.200	15/08/2026	9.985	10.155	10.602	446	-	-	0	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	4.900	15/08/2030	10.075	14.856	16.591	1.736	4.900	15/08/2030	10.075	14.445	16.226	1.781
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.150	15/05/2035	9.980	10.173	10.742	570	-	-	0	0	0	0
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	9.900	15/08/2040	23.862	31.874	34.786	2.911	9.900	15/08/2040	23.862	31.054	33.956	2.902
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	43.350	15/05/2045	76.689	119.071	152.250	33.180	37.205	15/05/2045	56.589	96.210	127.478	31.268
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.060	15/08/2050	9.983	10.105	10.995	890	-	-	0	0	0	0
Montante – Títulos p/ Ajuste	124.232	-	284.708	366.670	413.992	47.322	107.433	-	222.802	302.415	347.591	45.176

(*) O valor contábil dos Títulos Públicos Federais da tabela acima, foi apurado através da planilha de cálculo do Ajuste de Precificação de Ativos disponibilizada pela PREVIC. Este valor diverge do constante no item 5 letra b.2 (Títulos Mantidos até o Vencimento), em função da metodologia de cálculo adotada pelo custodiante.

c) Investimentos Imobiliários**c.1. Alienação de Imóvel**

A Entidade visando o custo de oportunidade na busca de melhor rentabilidade e liquidez dos investimentos do Plano BD, embasado em laudo de avaliação específico, pareceres das consultorias jurídica e financeira, como também, estudo técnico de viabilidade da diretoria administrativo-financeira do SERGUS e com aprovação do Conselho Deliberativo em 28.11.2017, alienou em 18.12.2017 ao SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda, o imóvel localizado na Rua Gutemberg Chagas nº 222, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju/SE, pelo valor de R\$ 6.830 mil, em 36 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo INPC acrescido da taxa de juros de 0,30% a.m, conforme Compromisso Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel, celebrado entre as partes. Na operação foi apurado um lucro de R\$ 599 mil.

c.2. Reavaliações de Imóveis

Em dezembro de 2017, a Entidade procedeu às reavaliações dos imóveis que integram os investimentos imobiliários do Plano de Benefícios SERGUS BD, através da empresa Projetos e Engenharia de Custos Ltda - PROJENC, CNPJ 32.817.892/0001-04, tendo como técnicos responsáveis os engenheiros civis José Geraldo Machado de Freitas, CREA sob nº 2715650981-SE e Ana Amélia Machado de Freitas, CREA sob nº 2700843894-SE, que, em obediência as normas e diretrizes para Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos, exigidas na NBR 14653-1 e NBR 14653-2 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e de acordo com a Lei nº 5.194, de 24.12.1966, que regula as atividades e atribuições do Engenheiro e do Arquiteto, adotou como base:

c.2.1. Método e Desenvolvimento da Avaliação**c.2.1.1. Método Empregado**

Para a determinação dos valores do terreno e benfeitoria, foi aplicado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, que consiste na identificação do custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra, bem como o Método do Custo de Reprodução de Benfeitoria, na qual como a própria denominação indica, o avaliador trabalha exclusivamente com os preços de custos de reprodução das benfeitorias.

c.2.1.2. Desenvolvimento da Avaliação

Quanto às características, o valor unitário foi determinado em decorrência de pesquisas no mercado da região de terrenos e imóveis semelhantes ao avaliado e utilizando o Modelo Estatístico Inferencial. Além das características, foram também considerados nos cálculos, as variáveis dependentes e independentes, modelos estatísticos e as análises da função.

Decorrente dessa reavaliação foi apurado o resultado positivo de R\$ 2.691 mil, contabilizado no mês de dezembro/2017 em conta do respectivo Ativo, em contrapartida da conta de Rendas/Variações Positivas, propiciando um aumento no segmento dos investimentos imobiliários com reflexo no Fluxo dos Investimentos e conseqüentemente no resultado do Plano de Benefícios SERGUS BD naquele exercício e, por conseguinte, nos exercícios futuros. Em 2016, a reavaliação foi realizada no mês de dezembro, onde se apurou um resultado negativo de R\$ 6.512 mil.

Imóveis Reavaliados – 2017

Posição: dezembro/2017 R\$ Mil

Endereço do Imóvel	Cidade	Estado	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado da Reavaliação
Av. Augusto Maynard, 321 – São José	Aracaju	SE	4.892	5.403	511
Rua João Pessoa, 90/94 e 100. – Centro	Aracaju	SE	1.836	2.225	389
Rua Olímpio de Souza Campos Junior, 98–Inácio Barbosa	Aracaju	SE	2.675	3.003	328
Rua Sergipe, 432. – Siqueira Campos	Aracaju	SE	2.421	2.723	302
Av. Simeão Sobral, 708. – Santo Antonio	Aracaju	SE	2.683	2.761	78
Av. Gentil Tavares da Mota,320 – Ljs.01 e 02–G. Vargas	Aracaju	SE	1.578	1.638	60
Praça João Pessoa, 175. – Centro	Itabaiana	SE	1.779	2.106	327
Rua Dr. Laudelino Freire, 297. – Centro	Lagarto	SE	1.594	1.665	71
Praça 15 de Novembro, 1.137. – Centro	Capela	SE	615	774	159
Rua Capitão José Narciso, s/n. – Centro	Poço Verde	SE	303	418	115
Praça Pe. Caio Tavares, 13. – Centro	Japaratuba	SE	388	413	25
Rua Monsenhor Silveira, 276 – São José.	Aracaju	SE	746	984	238
Av. Barão de Maruim, 400 – Centro	Aracaju	SE	1.761	1.849	88
Total	-	-	23.271	25.962	2.691

d) Empréstimos a Participantes

A carteira de empréstimos a participantes está representada em 31.12.2017 pelo saldo de R\$ 8.989 mil, correspondente a um total de 383 contratos ativos, sendo: R\$ 1.347 mil pactuados até dezembro/2015 à taxa de juros INPC + 0,90% e a partir de janeiro/2016 o montante de R\$ 7.642 mil pactuados à taxa de INPC + 0,70%. Em 2016, o saldo total da carteira era de R\$ 7.841 mil com 363 contratos ativos.

6. PERMANENTE

Descrição	R\$ mil	
	2017	2016
Imobilizado	118	161
Móveis e Utensílios	53	62
Máquinas e Equipamentos	11	11
Computadores e Periféricos	45	69
Ventiladores – Refrigeradores de Ar	9	19
Diferido	34	42
Fomento	34	42
Instituição de Novo Plano de Benefícios	34	42
Plano CD	34	42
Total do Permanente	152	203

No Diferido (Fomento) estão registradas as despesas com a instituição do Plano de Benefícios SERGUS CD, cuja amortização se deu a partir do mês de janeiro de 2017.

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL E CONTINGENCIAL

a) Exigível Operacional

	R\$ mil	
Descrição	2017	2016
Gestão Previdencial	4.750	322
Benefícios a Pagar	4.389	6
Benefícios de Prestação Continuada	3	6
Institutos	4.386	0
Retenções a Recolher	347	316
Incidente s/Folha Benefícios – IRRF	347	316
Ações Movidas p/Participantes	0	0
Isenção Imposto de Renda	0	0
IRRF s/Benefícios	96	119
(-) DJE – Depósitos Judiciais	(96)	(119)
Outras Exigibilidades	14	0
Contribuição Adicional de Risco – Soc.Seguradora	14	0
Gestão Administrativa	814	528
Contas a Pagar	347	500
Pessoal e Encargos	294	441
Serviços de Terceiros	50	53
Fornecedores	3	6
Retenções a Recolher	14	9
Incidente s/Folha Empregados - IRRF/INSS	6	6
Incidente s/Serviços de Terceiros - IRRF/INSS/CSLL/COFINS/PIS	4	3
Incidentes s/Folha Dirigentes - IRRF/INSS	4	0
Receitas Antecipadas	439	0
Custeio Administrativo – Plano CD	439	0
Tributos a Recolher	14	19
Incidentes s/Atividade Fim da Entidade – COFINS/PIS	14	19
Investimentos	46	212
Títulos Públicos	15	14
Títulos Públicos Federais	15	14
Créditos Privados e Depósitos	5	5
Instituições Financeiras	2	2
Patrocinador(es)	3	3
Ações	1	7
Patrocinador(es)	1	2
Fundos de Investimento	9	7
Renda Fixa	4	2
Ações	1	1
Multimercado	4	4
Investimentos Imobiliários	9	183
Alugueis e Renda	9	183
Empréstimos e Financiamentos	7	3
Empréstimos	7	3
Total	5.610	1.062

O montante de R\$ 4.750 mil, registrado em 2017 no Exigível Operacional – Gestão Previdencial, representa o valor líquido após deduzir da rubrica “Outras Exigibilidades” R\$ 165 mil (Plano BD R\$ 162 mil e Plano CD R\$ 3 mil), correspondentes ao Custeio Administrativo da Gestão Previdencial, enquanto que nos investimentos, a dedução foi de R\$ 59 mil (Plano BD), referente ao Custeio Administrativo dos Investimentos, para fins de ajustes e eliminações de direitos e obrigações entre os planos da consolidação das demonstrações contábeis. Em 2016, a redução foi de R\$ 280 mil e R\$ 118 mil (Plano BD), referentes aos custeios acima.

No Exigível Operacional – Gestão Previdencial – Benefícios a Pagar - Institutos, o montante de R\$ 4.386 mil, correspondem às obrigações com os participantes que cancelaram suas inscrições no Plano BD e que fazem jus ao resgate de contribuições, condicionado a rescisão de contrato com a patrocinadora. O referido montante foi oriundo da reclassificação contábil de Provisões Matemáticas para a rubrica acima, efetuada em janeiro/2017 (vide nota 8 item “a”).

No Exigível Operacional – Gestão Previdencial – Outras Exigibilidades – Contribuição Adicional de Risco, o montante de R\$ 14 mil, correspondem às obrigações terceirizadas com Seguradora, referentes às contribuições dos participantes ativos do Plano CD, para cobertura adicional das reservas necessárias para fazer frente ao pagamento da Pensão por Morte e Aposentadoria por Invalidez.

O montante de R\$ 814 mil, registrado em 2017 no Exigível Operacional – Gestão Administrativa, representa o valor líquido após deduzir R\$ 7 mil da rubrica “Contas a Pagar”, relativo às contribuições a pagar ao plano de benefícios, provisionadas sobre a gratificação semestral dos dirigentes da entidade cedidos pela patrocinadora Banese. Em 2016, a redução foi de R\$ 8 mil, correspondentes à contribuição sobre a gratificação semestral e ressarcimento de recurso do PGA ao plano de benefícios, oriundo de transferência efetuada indevidamente. As deduções citadas são para fins de ajustes e eliminações de direitos e obrigações entre os planos na consolidação das demonstrações contábeis.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Contas a Pagar – Pessoal e Encargos, o montante de R\$ 294 mil corresponde às obrigações com pessoal próprio da Entidade, a título de férias e encargos sociais no valor de R\$ 108 mil, e com pessoal cedido pela patrocinadora BANESE (Diretoria Executiva), a título de férias, gratificação semestral, PLR e encargos sociais incidentes, no valor de R\$ 186 mil. Em 2016, os valores das obrigações com Pessoal e Encargos foram apurados, respectivamente para R\$ 441 mil, R\$ 101 mil e R\$ 340 mil.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Serviços de Terceiros, o montante de R\$ 50 mil correspondem às obrigações (líquidas dos tributos e contribuições incidentes) com as contratações de fornecedores de diversos serviços. Em 2016, o referido Exigível foi apurado em R\$ 53 mil.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Fornecedores, o montante de R\$ 3 mil, correspondem às obrigações com fornecedores de energia e telecomunicações. Em 2016, o referido Exigível foi apurado em R\$ 6 mil.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Retenções a Recolher, o montante de R\$ 9 mil, correspondem ao IRRF/INSS e Contribuições Sociais incidentes sobre a folha dos funcionários na Entidade e prestadores de serviços. No exercício de 2016 essa rubrica foi apurada em R\$ 14 mil.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Receitas Antecipadas, o montante de R\$ 439 mil, correspondem as antecipações de contribuições para o custeio administrativo do Plano CD, efetuadas pelo Banese conforme contrato celebrado com o SERGUS em 01.11.2016.

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Tributos a Recolher, o montante de R\$ 14 mil, correspondem ao PIS/COFINS incidentes sobre a atividade da entidade. No exercício de 2016 essa rubrica foi apurada em R\$ 19 mil.

No Exigível Operacional - Investimentos, o montante de R\$ 46 mil, correspondem a taxa de custódia/cetip e IRRF/contribuições a recolher de R\$ 30 mil sobre as aplicações financeiras, serviços de reavaliações/energia elétrica/IRRF de R\$ 9 mil referentes aos Investimentos Imobiliários e IOF de R\$ 7 mil a recolher sobre os Empréstimos aos Participantes. Em 2015 do valor apurado de R\$ 212, a exceção de Investimentos Imobiliários (Reforma de imóveis locados a terceiros a ressarcir R\$ 183 mil) e Empréstimos a Participantes (IOF a recolher R\$ 3 mil), os demais valores a pagar referem-se à taxa de custódia/cetip e IRRF/contribuições a recolher.

b) Exigível Contingencial

Descrição	R\$ mil	
	2017	2016
Gestão Previdencial	351	20.385
Provisão	351	20.385
Processos Judiciais	351	20.385
Ações Movidas p/Participantes	351	20.385
Assistidos	349	20.383
Abono de Aposentadoria	320	7.996
Excesso (SRB – USB)	0	5.851
Multa – Ação Rescisória	9	7
Abono de Aposentadoria – Res.Mat.(*)	20	6.529
Ex-Participantes	1	1
Expurgo Inflacionário (Reserva de Poupança)	1	1
Assessoria Jurídica/Pericial	1	1
Honorários Advocatícios/Periciais	1	1
Gestão Administrativa	6	5
Provisão	6	5
Processos Judiciais	6	5
Ações Trabalhistas	6	5
Movidas por Pessoal Terceirizado	6	5
Total	357	20.390

(*) vide letra "a" da nota nº 8.

A Entidade consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, com vistas na metodologia e critérios estabelecidos para classificação de riscos das ações judiciais quanto à probabilidade de perda provável, possível ou remota, em relação aos processos movidos por participantes assistidos, e de acordo com as instruções do CFC nº NBC T 19.7, Resolução nº 1.180/09 e CPC 25, procedeu a conciliação com vista ao encerramento do exercício/2017, identificando 02 (dois) processos de Excesso (USB – USC) demandados por participantes do Plano BD, com mudança de status de "provável" para "possível", no total de R\$ 6.674 mil, referentes aos compromissos futuros, que por decisão dos seus gestores, autorizou a reversão da provisão na competência de dezembro/2017.

Dos 37 (trinta e sete) processos existentes em 2016, mantiveram-se ao final de 2017, 28 processos com classificação de risco de probabilidade de perda "provável 02", "possível 20" e "remoto 06". Desse total, 8 de abono de aposentadoria 20%, sendo 2 prováveis, 5 possíveis e 1 remoto, e 11 de Excesso (USB – USC) sendo 9 possíveis e 2 remotos, enquanto que os 09 demais processos estão classificados como 6 possíveis e 3 remotos.

Os 07 (sete) processos de abono de aposentadoria 20% que se encontravam transitado em julgado foram negociados entre as partes, conforme acordo firmado em 22.02.2017 e com aprovação do Conselho Deliberativo em 03.05.2017, importou em R\$ 7.498 mil (já inclusos os honorários sucumbenciais), que após homologação pelo judiciário foram quitados através de 6 (seis) depósitos judiciais no total de R\$ 7.218 mil, sendo: 4 (quatro) em 26.04.2017 no total de R\$ 5.113 mil (200810801177, 200811501281, 200911301343 e 200910700361), 1 (um) em 27.04.2017 no valor de R\$ 342 mil (200810401119) e 1 (um) em 08.05.2017 no valor de R\$ 1.763 mil (200911500124). A exceção foi o processo de nº 200812101260 no valor de R\$ 280 mil, que o SERGUS aguarda a sua homologação pelo judiciário. O valor excedente apurado de R\$ 5.984 mil, entre a importância reconhecido pelo SERGUS de R\$ 13.482 mil e o volume negociado de R\$ 7.498 mil, depois dos depósitos judiciais levantados e/ou baixados pelos demandantes nas instituições financeiras depositárias, por decisão da Diretoria Executiva do SERGUS, foram revertidos do Passivo Contingencial.

Em janeiro/2017 com a conciliação da posição contingencial dos processos de abono de aposentadoria 20%, se fez necessária a reversão no montante de R\$ 893 mil.

Na data do balanço, apurou-se em relação ao processo de abono de aposentadoria 20% (transitados em julgado), remanescente da negociação, montante de R\$ 340 mil, sendo: R\$ 320 mil relativo aos compromissos passados (estoque) e R\$ 20 mil referentes aos compromissos futuros, Multa – Ação Rescisória no valor de R\$ 9 mil, Expurgo Inflacionário – Reserva de Poupança no valor de R\$ 1 mil e Honorários Advocatícios/Periciais no valor de R\$ 1 mil. Para estes 03 (três) últimos, a Entidade efetuou depósitos judiciais nos valores integrais.

8. EXIGÍVEL ATUARIAL

a) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas dos Planos SERGUS de Benefícios BD e CD são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada exercício, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e/ou aos seus beneficiários e encontra-se assim demonstrados:

Plano SERGUS BD

Descrição	R\$ mil	
	2017	2016
Benefícios Concedidos	397.862	382.304
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	397.862	382.304
Benefícios a Conceder	384.096	368.469
Benefício Definido Estrut.Reg.Capitalização Programado	371.169	355.777
Benefício Definido Estrut.Reg.Capitalização Não Programado	12.927	12.692
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.169)	(1.704)
(-) Déficit Equacionado	(1.169)	(1.704)
(-) Patrocinador(es)	(435)	(655)
(-) Participantes	(374)	(534)
(-) Assistidos	(360)	(515)
Total do Exigível Atuarial	780.789	749.069

As Provisões Matemáticas a Constituir correspondem a estimativa de contribuições extraordinárias a serem vertidas ao Plano SERGUS BD, utilizadas no equacionamento do Déficit Técnico Acumulado apurado no exercício de 2015 e representam a posição ao final de cada período.

A Entidade procedeu em janeiro/2017 à mudança na classificação contábil de “Provisões Matemáticas – Benefícios a Conceder” para o “Exigível Operacional” no montante de R\$ 4.132 mil, correspondentes às contribuições dos participantes com inscrição cancelada no plano BD, cujo direito ao resgate, está condicionada a rescisão de contrato com a patrocinadora (vide nota 7 item “a”).

Plano SERGUS CD

Descrição	R\$ mil	
	2017	2016
Benefícios a Conceder	594	0
Contrinuição Definida	594	0
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	294	0
Saldo de Contas – Parcela Participantes	300	0
Total do Exigível Atuarial	594	0

O SERGUS com o objetivo de proporcionar maior transparência das informações aos participantes do Plano CD optou pelo modelo de Cálculo da Cota Patrimonial, cujos dados são extraídos do balancete mensal do plano, a partir do Patrimônio Social “Disponível”, representado pelo somatório do Patrimônio de Cobertura do Plano (Provisões Matemáticas + Equilíbrio Técnico) e Fundos, acrescido do fluxo das contribuições recebidas, benefícios e custeios pagos e o resultado líquido dos investimentos efetivamente obtido pela aplicação dos recursos garantidores. Conforme previsão regulamentar o valor da cota é determinado mensalmente e representa uma fração do patrimônio do Plano, que foi definido inicialmente para o mês de janeiro de 2017 em R\$ 1,00 (um real) cada. Essa metodologia de apuração e evolução da cota consta na Nota Técnica aprovada pelo Conselho Deliberativo e serviram de base para apuração dos saldos de contas das parcelas dos patrocinadores e participantes, acima apresentadas.

a) Taxa Real de Juros

Em consonância com a Instrução PREVIC nº 23, de 26.06.2015, que exige que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) demonstrem a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes, o SERGUS realizou estudo de aderência da taxa real de juros do Plano SERGUS de benefícios BD, onde foi apurada uma rentabilidade futura esperada dos investimentos de 5,22% a.a. (mediana) e 4,42% a.a. (mínima), para o prazo de duração do passivo do plano de 15,43 anos (2016), optando para o encerramento do exercício de 2017, pela permanência da taxa de 4,99% a.a., em conformidade com o artigo 5º da Instrução Previc nº 19, de 04.02.2015, e dos limites inferiores e superiores estabelecidos no item 4.2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28.03.2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19.11.2014, vigente a partir de 1º de janeiro de 2015, divulgado pela Portaria Previc nº 375, de 17.04.2017, de 6,24%. No exercício findo em 2016 a rentabilidade futura esperada dos investimentos foi 6,11% a.a. (mediana) e 5,63 % a.a (mínima), para o prazo de duração do passivo do plano de 16,24 anos, optando pela taxa real de juros de 4,99% a.a.

c) Plano de Custeio

Conforme Avaliação Atuarial dos Planos SERGUS BD e CD, relativo ao exercício findo em 31.12.2017, elaborado pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, os custeios mantem-se, conforme segue:

c.1) Plano SERGUS BD

c.1.1) Custeio Previdenciário

- ✓ Contribuições normais (participantes ativos e autopatrocinados): percentuais incidentes sobre o Salário de Participação do participante até o limite de 9 USC, conforme idade na data de inscrição no PSBD, e percentual fixo sobre a parcela do Salário de Participação que exceder 9 USC.

Idade na data de inscrição	CN
De 18 a 30 anos	4,60%
Acima de 30 anos	5,50%
Parcela do SP acima de 9 USC	17,10%

- ✓ Contribuições normais (assistidos): percentual de 15% incidente sobre o Benefício. Não é cobrada contribuição normal dos assistidos que recebem Benefício Mínimo.
- ✓ Contribuições normais (patrocinadora): a Patrocinadora do Plano contribui com valor igual ao da contribuição normal dos participantes ativos.

c.1.2) Custeio Administrativo

- ✓ Corresponde ao percentual de 15% das contribuições normais dos participantes, assistidos e patrocinadores.

c.2) Plano SERGUS CD

c.2.1) Custeio Previdenciário

- ✓ Contribuições normais (participantes ativos e autopatrocinados): percentuais definidos pelo participante de, no mínimo 4%, incidentes sobre o Salário de Contribuição. Contribuições normais (patrocinadora): a Patrocinadora do plano contribui com valor igual ao da contribuição normal dos participantes ativos, limitado a 8% do Salário de Contribuição.
- ✓ Contribuições voluntárias (participantes ativos e autopatrocinados): valor facultativo e eventual, livremente escolhido pelo participante, observado o limite mínimo previsto do Plano Anual de Custeio.
- ✓ Contribuição Adicional de Risco: valor obrigatório e mensal equivalente a 15 vezes o Salário de Contribuição de cada participante, multiplicado pela taxa de seguro, a qual varia de acordo com a idade, conforme tabela abaixo:

Idade	18 – 50 anos	51 – 60 anos	61 – 65 anos	66 anos	67 anos	68 anos	69 anos	70 anos
Taxa mensal (%) - Morte	0,2553	0,5607	0,9180	1,2050	1,3220	1,4503	1,5927	1,7500
Taxa mensal (%) - Invalidez	0,1970	0,4290	0,8870	1,2530	1,4103	1,5897	1,7937	2,0263

C.2.2) Custeio Administrativo

- ✓ Corresponde ao percentual de 8% das contribuições normais dos participantes e patrocinadores e contribuições voluntárias dos participantes.

9. RESULTADOS REALIZADOS

a) Déficit Técnico Acumulado

O Plano SERGUS BD apresentou o resultado, conforme abaixo descrito:

Descrição	R\$ mil	
	2017	2016
Equilíbrio Técnico	(47.544)	(87.905)
Resultados Realizados	(47.544)	(87.905)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(47.544)	(87.905)
(-) Déficit Técnico	(47.544)	(87.905)

b) Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado

Em fevereiro de 2017 o SERGUS iniciou a cobrança da contribuição extraordinária junto aos patrocinadores e participantes do Plano BD, para fins de equacionamento parcial do Déficit Técnico Acumulado, apurado no exercício findo em 2015, cuja posição em 31.12.2016 foi de R\$ 1.704 mil, a ser pago no período de 3 (três) anos. Esse déficit técnico a equacionar com posição em 31.12.2017 importou em R\$ 1.169 mil.

No exercício findo em 31.12.2017, o Déficit Técnico Acumulado de R\$ 47.544 mil do Plano BD, equivale a 6,09% das provisões matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos ativos financeiros de R\$ 47.322 mil, apurou-se o resultado técnico ajustado deficitário de R\$ 222 mil, equivalente a 0,03% das provisões matemáticas do plano. Conforme as regras de solvência vigentes, o limite máximo de déficit técnico ajustado apurado em 31.12.2017 é de R\$ 85.352 mil, o que corresponde a 10,96% das provisões matemáticas. Assim, como o déficit técnico ajustado deficitário encontra-se abaixo do limite máximo, não obstante a existência de Déficit Técnico ao final de 2017, conforme acima citado, a luz dos normativos pertinentes, não será obrigatória a elaboração de plano de equacionamento desse déficit.

c) Fatores Impactantes no Resultado do Exercício

Ao longo de 2017 o Plano SERGUS BD apurou superávit técnico de R\$ 40.361 mil, o que contribuiu na redução do déficit técnico acumulado do exercício de 2016 R\$ 87.905 mil para R\$ 47.544 mil, representando 45,91%. Influenciaram para este resultado os seguintes fatores: **(i)** Redução nas reservas matemáticas na ordem de R\$ 11.074 mil, sendo: R\$ 6.744 mil, em decorrência da diminuição do reajuste salarial da patrocinadora Banese abaixo do previsto de 3,92% para 2,75% e de R\$ 4.330 mil, em função da adoção no método de financiamento PUC, ambas refletidas nas projeções atuariais. **(ii)** Aumento nas reservas matemáticas em R\$ 13.055 mil, decorrente da inclusão no SRC dos auxílios doença e creche. **(iii)** Reversões de provisões contingenciais de R\$ 13.552 mil, sendo: R\$ 7.568 mil, correspondentes a todos os processos que sofreram mudança de classificação de risco de "provável" para "possível" e R\$ 5.984 mil, relativo ao excedente entre o valor reconhecido pelo SERGUS e o volume negociado com os participantes demandantes e **(iv)** Rentabilidade dos investimentos de 11,77%, que representou 164,39% da Meta Atuarial de 7,16%, tendo como resultado uma diferença no valor financeiro na ordem de R\$ 28.191 mil, incluindo neste, o lucro na venda ao SEAC do imóvel localizado na Rua Gutemberg Chagas nº 222, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju/SE, no valor de R\$ 599 mil. Em 2016 o Plano SERGUS BD apurou superávit de R\$ 42.390 mil, o que contribuiu para a redução do déficit técnico acumulado do exercício de R\$ 87.905 mil.

10. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

A Resolução CGPC nº 29/2009 definiu o PGA como um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento. Assim, o Conselho Deliberativo em observância a legislação pertinente, elaborou o regulamento do PGA que dentre outras providências, estabeleceu a forma de gestão dos recursos, as fontes, critérios e limites para o custeio administrativo a serem praticados no decorrer do exercício de 2017. Portanto, pelo fato da Entidade administrar dois planos de benefícios (PLANO SERGUS BD e CD), adotou os seguintes procedimentos:

a) Forma de Gestão dos Recursos

O SERGUS adotou a gestão mista dos recursos administrativos no PGA, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como a utilização do fundo administrativo foram individualizadas, ou seja, identificando os planos de benefícios, enquanto que a remuneração dos recursos, de forma solidária. Portanto o fundo administrativo foi contabilizado e controlado em separado no PGA demonstrando as variações e o montante pertencente ao fundo de cada plano.

As receitas administrativas foram segregadas na origem, possibilitando registro no plano de benefícios específico, caracterizando uma segregação real.

A segregação das despesas administrativas, por planos de benefícios, é efetuada de forma mista: a) segregação real – quando os eventos administrativos são realizados para atender necessidade de um plano de benefícios específico; b) segregação por rateio – quando os eventos administrativos são realizados para suprir necessidade comum a todos os planos de benefícios. A partir da segregação (real e por rateio) de todos os eventos administrativos, o fundo administrativo será constituído ou revertido, de forma segregada, por plano de benefícios.

Os recursos financeiros disponíveis da gestão administrativa foram aplicados de forma solidária, em investimentos previamente estabelecidos na Política de Investimentos.

A remuneração oriunda das aplicações financeiras foi segregada entre os planos de benefícios, a partir da identificação da proporção do recurso garantidor, com o objetivo de mensurar a capacidade proporcional de cada patrimônio gerador do rendimento.

b) Fontes de Custeio Administrativo

As fontes de custeio necessárias à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela Entidade, constantes no regulamento e praticadas ao longo do exercício foram:

- Contribuições dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- Contribuições das patrocinadoras definidas no plano de custeio anual;
- Resultado dos investimentos, como também a taxa de administração de empréstimos a participantes e assistidos;
- Receitas Administrativas, e
- Fundo Administrativo.

As taxas de custeio administrativo da gestão previdencial aplicadas sobre as referidas contribuições foram de 15% para o Plano BD e de 8% para o Plano CD, conforme definidas no plano de custeio anual. No exercício de 2016, essa taxa de custeio do Plano BD representou o mesmo percentual.

c) Limites de Custeio Administrativo

Dentre os limites de custeio administrativo estabelecidos na Resolução CGPC nº 29/2009 – taxa de administração de até 1%, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, no último dia do exercício a que se referir, ou taxa de carregamento de até 9%, incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios do plano no exercício a que se referir – o Conselho Deliberativo estabeleceu como limite anual para o custeio das despesas administrativas (gestão previdencial e investimentos) o percentual de 0,7%, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano BD, a título de taxa de administração e para o Plano CD o limite anual de 8% sobre a soma das contribuições e dos benefícios, a título de taxa de carregamento, conforme definidos no regulamento do PGA. No exercício de 2016, o limite de custeio das despesas administrativas do Plano BD foi também de 0,7%.

d) Despesas Administrativas

d.1. Critérios de Rateio

As despesas administrativas foram alocadas às gestões previdencial e de investimentos e aos respectivos planos de benefícios, conforme critérios a seguir:

- As despesas administrativas específicas foram alocadas exclusiva e diretamente aos planos de benefícios e as gestões previdencial e investimentos, que as originaram sem nenhuma forma de rateio.
- As despesas administrativas comuns de natureza rateável, entre os planos de benefícios, foram alocadas em despesas comuns aos planos e rateadas entre eles na proporção dos recursos garantidores, enquanto que as despesas por gestões previdencial e de investimentos, foram rateadas entre elas, observando a sua origem e os níveis de esforços empreendidos nas atividades demandadas.

A fim de destacar o real custo de cada gestão, as despesas administrativas foram registradas nas rubricas contábeis **4.2 – Despesas – Plano de Gestão Administrativa - PGA - 4.2.1 - Gestão Previdencial** – 4.2.1.1 Despesas Comuns – 4.2.1.2 – Despesas Específicas e **4.2.2. – Investimentos** - 4.2.2.1 Despesas Comuns – 4.2.2.2 – Despesas Específicas.

Durante o exercício de 2017, os critérios de rateio das despesas administrativas foram uniformes, levando-se em consideração para definição dos percentuais praticados, tanto por plano de benefícios que foram apurados com base nos recursos garantidores, quanto por gestões baseados nos aspectos a seguir elencados:

Despesas c/Pessoal e Encargos

- Identificação das áreas afins na estrutura organizacional da Entidade.
- Segregação de funcionários por área.
- Atividades executadas por cada funcionário.
- Identificação entre as gestões previdencial e de investimentos beneficiadas pelas atividades e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.



Despesas c/Serviços de Terceiros

- Identificação dos serviços prestados.
- Identificação entre as gestões previdencial e de investimentos beneficiadas pelos serviços e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

Despesas Gerais Comuns às Gestões

- Análise das despesas.
- Identificação entre as gestões previdencial e de investimentos beneficiadas e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

As despesas das gestões previdencial e de investimentos foram custeadas pelos planos de benefícios, por meio de prestações de contas mensais, quitadas através de transferência de recursos ao PGA, a título de contribuição para o custeio administrativo.

11. FUNDOS

	R\$ mil	
Descrição	2017	2016
Fundos	4.125	2.933
Fundos Previdenciais	1	0
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1	0
Fundo Coletivo – Plano CD	1	0
Fundos Administrativos	3.065	2.068
Plano de Gestão Administrativa	3.065	2.068
Fundo Administrativo – Plano BD	3.063	2.068
Fundo Administrativo – Plano CD	2	0
Fundos dos Investimentos	1.059	865
Fundo p/Cobertura de Empréstimos	1.059	865
Fundo p/Cobertura Empréstimos Simples – Plano BD	1.059	865

a) Fundo Previdencial

Corresponde ao Fundo Coletivo do Plano CD, constituído pelos saldos remanescentes das Contas de Patrocinadora, em caso de cessação do vínculo empregatício do participante, não utilizados para o pagamento de benefícios ou de Resgate, cujo saldo apurado ao final de cada exercício, será utilizado pela Patrocinadora como fonte de recursos para aporte futuro da Contribuição Normal, mediante decisão do Conselho Deliberativo. A movimentação desse fundo dar-se-á em cotas.

b) Fundos Não Previdenciais

São recursos com destinação específica, voltados a suprir eventuais necessidades das atividades desenvolvidas pela Entidade de acordo com seus respectivos regulamentos. A Entidade possui dois fundos, denominados: **fundo administrativo e de investimentos**.

Ao final de cada mês, a Entidade registrou nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa" (Ativo) e "Participação no Fundo Administrativo do PGA" (Passivo) dos planos de benefícios os valores equivalentes as suas participações nos fundos administrativos registrados no PGA, representados ao final dos exercícios pelos valores demonstrados no quadro acima.

Os saldos dos fundos administrativos dos Planos BD e CD foram constituídos, no decorrer dos exercícios, pelas sobras dos custeios administrativos da gestão previdencial, sendo estes equivalentes a 15% e 8%, respectivamente, das contribuições previdenciais.

O fundo administrativo do Plano BD apresentou um crescimento na ordem de 48,11% em relação ao exercício anterior, apesar do ressarcimento à patrocinadora BANESE ao longo do exercício de 2017, referente às despesas com remunerações mensais, férias, gratificação semestral, PLR, moedas e encargos sociais incidentes, relativas a 03 (três) funcionários cedidos/indicado que compõem a Diretoria Executiva do SERGUS, totalizando a importância de R\$ 1.107 mil. O fundo administrativo do Plano CD foi constituído a partir do seu início de funcionamento em janeiro de 2017.

O Fundo de Investimentos para Empréstimos a Participantes - FIEP tem por finalidade suprir eventuais contingências vinculadas à carteira de empréstimos e sua constituição corresponde à 10% da rentabilidade mensal dos empréstimos, adicionada da rentabilidade do seu saldo aplicado no mercado financeiro.

12. TRIBUTAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER PREVIDENCIÁRIO

Os dispositivos legais que tratam sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário estão contidos na Lei nº 11.053, de 29.12.2004, alterada pela Lei nº 11.196, de 21.11.2005, além da IN/SRF nº 588, de 21.12.2005 – DOU 26.12.2005, alterada pela IN/SRF nº 667, de 27.07.2006 – DOU 01.08.2006 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.315, de 03.01.2013 – DOU 04.01.2013.

13. FATOS RELEVANTES

a) Ativo Contingente - OFND

No ano de 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cuja constituição contou com a participação obrigatória das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas públicas, inclusive o SERGUS. As entidades aplicaram compulsoriamente o equivalente a 30% de suas reservas técnicas (atualmente denominadas de "Provisões Matemáticas").

O Decreto-Lei nº 2.383/87 e a Circular pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES alteraram o indexador de atualização monetária dos valores investidos bem como as regras de utilização dos valores aplicados. Essas alterações foram prejudiciais aos investidores.

A ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar moveu a ação n.º 013902-36.1991.4.02.5101 contra o Fundo Nacional do Desenvolvimento Social – FND, Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES e União Federal, que tramitou pela 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

O SERGUS integra a liquidação nº 2015.51.01.145881-2, 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra o valor de R\$ 9.481 mil apresentado pela ABRAPP em relação ao SERGUS, a União Federal reconheceu R\$ 5.393 mil (base: novembro/2015).



Considerando que o registro contábil da receita de investimentos decorrente dessa decisão judicial depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com a Resolução CMN nº 3.792/2009 e com a Orientação CVM nº 15/87, o SERGUS não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas a respeito da posição financeira da entidade.

14. EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Reestruturação do Plano de Benefícios na modalidade de Benefício Definido

Visando proporcionar a sustentabilidade dos Planos administrados pelo SERGUS, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em agosto de 2017, o modelo “Saldamento Universal” a ser adotado no processo de reestruturação do Plano BD, o qual foi identificado ser o mais adequado à massa de participantes. A partir de então diversas providências estão sendo tomadas pelos gestores da Entidade no sentido de levantar dados que possam dar suporte aos estudos em elaboração pela consultoria Mirador Assessoria Atuarial Ltda, os quais serão imprescindíveis no atendimento das exigências do órgão fiscalizador.

Hércules Silva Daltro
Diretor Superintendente
CPF: 085.436.745-49

Marcelo Carvalho A. de Aguiar
Diretor Adm.e Financeiro
CPF: 265.885.875-20

Augusto Cezar Barboza Santos
Diretor de Seguridade
CPF: 199.398.505-06

José Carlos Pereira da Silva
Contador CRC - SE - 3.995/0-3
CPF: 201.931.495-91



Parecer Atuarial

Parecer Atuarial - Seguridade

Segue abaixo o Parecer Atuarial dos planos de Benefício Sergus – BD e CD, encaminhado pelo Atuário responsável pelos Planos de Benefício - Mirador Assessoria Atuarial.

PLANO BD

Para fins da avaliação atuarial do Plano SERGUS PSBD, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/11/2017. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006, sendo que para os benefícios no regime financeiro de Capitalização foi adotado o método de financiamento do Crédito Unitário Projetado.

O plano de benefícios aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 47.543.613,08, que representa 6,09% das provisões matemáticas. Considerando o ajuste de precificação dos títulos financeiros do plano, apurado pelo SERGUS em R\$ 47.321.610,49, o resultado técnico ajustado do plano encontra-se deficitário em R\$ 222.002,59, equivalente a 0,03% das provisões matemáticas totais do plano.

Conforme as regras de solvência, que consideram as alterações na Resolução CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008 realizadas durante os exercícios de 2014 e 2015, o limite máximo de déficit técnico ajustado que o Plano SERGUS PSBD pode apresentar, em 31/12/2017, sem ser necessária a elaboração de plano de equacionamento, é de R\$ 85.574.397,07, que corresponde à 10,96% das provisões matemáticas. Portanto, o déficit técnico ajustado apresentado pelo plano de benefícios encontra-se abaixo do limite máximo de déficit técnico ajustado permitido pela legislação, não sendo obrigatória a elaboração de plano de equacionamento desse déficit.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do plano PSBD, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2017 situação de equilíbrio técnico ajustado (ETA) dentro dos limites mínimos e máximos estabelecidos pelas regras de solvência vigentes.

Giancarlo Giacomini Germany

Diretor Técnico -MIBA 1020

PLANO CD

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios SERGUS CD, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base e posicionamento em 31/12/2017.

Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais adotadas atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006 e o plano encontra-se equilibrado tecnicamente.

Cabe ressaltar que a constituição de um montante de R\$ 1.010,49 em Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar ("Fundo de Sobras de Contribuições"), constituído pela parcela do Saldo de Conta de Patrocinadora não utilizada para concessão do benefício, portabilidade ou resgate de contribuições, que poderá ser utilizado futuramente para reduzir as contribuições futuras da patrocinadora.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios SERGUS CD, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Fabrizio Krapf Costa

Atuário -MIBA 2481



Relatório
Auditor Independente

Relatório Auditor Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros do

Instituto BANESE de Seguridade Social – SERGUS

Aracaju – SE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto BANESE de Seguridade Social – SERGUS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do **Instituto BANESE de Seguridade Social – SERGUS** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com

as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Plano previdenciário – SERGUS CD

Chamamos atenção para Nota Explicativa de nº 1 que por meio da Portaria nº 522, de 04.11.2016, a PREVIC aprovou o Regulamento do Plano SERGUS CD de Aposentadoria, com características de plano de Contribuição Definida – CD, que teve o início do seu funcionamento a partir do mês de janeiro de 2017.

Ajuste de Precificação e Equilíbrio Técnico

As Resoluções CNPC nºs 15 e 16, de 19.11.2014, estabeleceram novas regras a partir do balanço do exercício 2015, relativos às condições e procedimentos relacionados à solvência dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) – regras de ajustes de precificação, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) – estabelecido o conceito de “*duração do passivo*”, que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do “*Ajuste de Precificação*” dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à

"*duração do passivo*", ao "*ajuste de precificação de títulos públicos*" e ao "*equilíbrio técnico ajustado*" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, item b.3, a situação de equilíbrio técnico do Plano de Benefício Definido – BD encontra-se deficitária, todavia, considerando o ajuste de precificação, o resultado técnico ajustado, mesmo deficitário, equivale a 0,03% das provisões matemáticas do Plano. O déficit remanescente do Plano, encontra-se abaixo do limite da Resolução CGPC nº 26/2008, não sendo necessário seu equacionamento ao longo do exercício de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que avaliamos durante nossos trabalhos.

Aracaju – SE, 20 de março 2018.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0- “S” – SE

Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – SE



**Parecer
Conselho Fiscal**

Parecer Conselho Fiscal

Ref. Demonstrações Contábeis do Exercício 2017

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com a Alínea II do Artigo 56 do Estatuto do SERGUS e consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17 do Anexo C – NORMAS GERAIS da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores, o **Conselho Fiscal** do Instituto Banese de Seguridade Social – **SERGUS**, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado e as respectivas demonstrações consolidadas da Mutações do Patrimônio Social e do Plano de Gestão Administrativa, bem como as demonstrações por plano de benefícios do Ativo Líquido, da Mutações do Ativo Líquido, do Plano de Gestão Administrativa, das Provisões Técnicas e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, consubstanciado pelo Relatório dos Auditores Independentes, PHF Auditores Independentes S/S, datado de 20 de março de 2018, sem ressalva e com parágrafo de ênfase. Desta forma entendemos que as demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, reunindo as condições necessárias para sua aprovação por este Conselho Fiscal, recomendando o devido encaminhamento desta documentação para apreciação do Conselho Deliberativo do SERGUS.

Aracaju, 26 de março de 2018.

Carlos Eduardo Menezes Santos

Presidente

José Anderson Santos de Jesus

Membro efetivo

Luiz Alves dos Santos Filho

Membro efetivo

Erta Maria Bastos Vieira Filha

Membro efetivo



Manifestação do Conselho Deliberativo

Manifestação do Conselho Deliberativo

Assunto: Aprovação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BANESE DE SEGURIDADE SOCIAL - SERGUS**, conforme dispõe o parágrafo 2º do Art. 9º do seu Regimento Interno, foi presidido pelo Conselheiro titular Sr. Daniel Felipe Viana Munduruca, em virtude da ausência justificada do seu Presidente Sr. Luiz Carlos Menezes de Santana. No cumprimento das disposições legais, em conformidade com a Alínea V do Art. 50, do Estatuto do SERGUS e consoante ao que estabelece a letra "k", do item 17 do Anexo C – NORMAS GERAIS da Resolução do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores, após leitura do Balanço Patrimonial Consolidado e as respectivas demonstrações consolidadas da Mutação do Patrimônio Social e do Plano de Gestão Administrativa, bem como as demonstra es por plano de benefícios da Muta o do Ativo Líquido, do Ativo Líquido, do Plano de Gestão Administrativa, das Provisões Técnicas e as Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, consubstanciado no Relatório da Avalia o Atuarial da Mirador Assessoria Atuarial Ltda, emitido em fevereiro de 2018, bem como no Relatório dos Auditores Independentes, PHF Auditores Independentes S/S, datado de 20 de março de 2018, sem ressalva e com parágrafo de ênfase, e do Parecer do Conselho Fiscal emitido em 26 de março de 2018, **aprovou as Demonstra es Contábeis** do Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, posicionadas em 31 de dezembro de 2017 e determinou o encaminhamento   Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC do Ministério da Fazenda, em cumprimento às exigências legais. Determinou também, a devida ciência quanto   aprova o das Demonstra es Contábeis do Exercício de 2017 às Patrocinadoras e Participantes dos Planos SERGUS BD e CD.

Aracaju, 27 de março de 2018.

Daniel Felipe Viana Munduruca

Presidente em Exercício

Ant nio José de Gois

Membro Efetivo

Ivania Pereira da Silva

Membro Efetivo

Hércules Silva Daltro

Superintendente

Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar

Diretor Administrativo Financeiro

Augusto Cezar B. Santos

Diretor de Seguridade

Conselho Deliberativo

Luiz Carlos Menezes de Santana

Daniel Felipe Viana Munduruca

Antonio José de Gois

Ivânia Pereira da Silva

Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Menezes Santos

Luiz Alves Santos Filho

Erta Maria Bastos Vieira Filha

José Anderson Santos de Jesus



Sergus